

Concedida a gratificação adicional aos funcionários da União

(TEXTO NA PAGINA 8)

MATOU-SE POR NÃO PODER PAGAR SUAS DÍVIDAS



Francisco Campelo, o suicida

O desesperado gesto de um bancário premido pelas dificuldades financeiras

(TEXTO NA PAGINA 4)

O NATAL DAS CRIANÇAS



A fila dos que foram receber cartões para o Natal

No Estádio Municipal um grande "show" e distribuição de 440 mil presentes às crianças

(TEXTO NA PAGINA 1)

BOM DIA PREFEITO DULCÍDIO CARDOSO

Durante mais de um ano precisamente deste «Bom dia», endereçamos ao sr. João Carlos Vital apelos e pedidos sucessivos de uma coletividade carioca. Mas em vão. O então prefeito jamais quis atender a quem paga impostos e vota e os seus auxiliares, da Se-

(Conclui na página 2)

ANO 77 — RIO, TERÇA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1952 — N.º 293

GAZETA DE NOTÍCIAS

Fundador: Ferreira de Araújo. Diretor: José Bogéa

ESPANCOU a jovem gestante

(TEXTO NA PAGINA 5)

Agrava-se a questão entre Segadas Viana e a

Justiça do Tra- balho

O ERRO IRREPARÁVEL
DO T. S. T. FEZ COM
QUE ECLODISSE A
GREVE DOS TECELÕES

(TEXTO NA PAGINA 5)

BANCO LINO PIMENTEL
CONSULTEM NOSSAS TAXAS



Famílias de grevistas em bando precatório

"Ballet" na Es- cola Nacional de Música



A "maestrina" Joanidia

O noivo da "maestrina" Joanidia quer organizar um corpo de baile naquele estabelecimento de ensino

(TEXTO NA PAGINA 6)

ELEIÇÕES NO SINDICATO DOS CONTABILISTAS

Movimentado o pleito na tarde de ontem

(TEXTO NA PAGINA 6)



Mesa que presidiu os trabalhos no Sindicato dos Contabilistas

Crime monstruoso contra o Brasil

(TEXTO NA PAGINA 12)

Ao atravessar a linha férrea



O corpo do infeliz Mário Rodrigues, no local em que caiu

teve a cabeça decepada
Na estação do Rocha a tétrica ocorrência (Texto pag. 5)

«Podemos
salvar a
liberdade»

(TEXTO NA PAGINA 4)

GRATIS

CR\$ 42.650,00

Em prêmios aos nossos leitores!

Illustration of a man pointing to a list of prizes: a typewriter (Ruy Mafra & Irmão), a camera (Olympia), a watch (Birma), a bicycle (Hercules), a car (White Star), and a radio (Emerson). Below the list is a coupon for a drawing.

RECORTE ESTE CUPÃO
E LEIA INSTRUÇÕES NA 5.ª PÁG.

TROQUE 5 CUPÕES por um
bilhete numerado e concorra
ao nosso sensacional sorteio

GAZETA DE NOTÍCIAS
CUPÃO
DA
SÉRIE
F
1952
RIO

A Noite do Presidente



Enquanto defluiu a noite, Vargas, como sempre, trabalha. Momento agora que não apenas o general "morreu" ao amanhecer, mas muitos ministros que estão por aí vão ter o mesmo destino. Para esse fim, Vargas se dedica à reforma administrativa.

CAPANEMA COM VARGAS

Por falar em reforma administrativa, o senhor Gustavo Capanema está com Vargas, a fim de tratar do assunto. Já está, como se sabe, convocando extraordinariamente o Legislativo para apreciar a reforma.

E vai ser convocada, imediatamente, o órgão interpartidário que se incumbirá da elaboração da matéria, tomando como ponto de partida o anteprojeto elaborado no Castelo sob a supervisão do embaixador Lourival Fontes.

Ocorre, porém, que o Sr. Gustavo Capanema, apesar de ser o líder do Governo na Câmara, vai, neste momento mesmo, viajar para Minas, onde passará cerca de um mês...

No Senado, onde o líder do Governo é o Sr. Ivo d'Aquino, por um voto apenas não caía a escolha do coronel Dulcídio Cardoso, que assim foi nomeado prefeito por pouco, pouco...

Com dois "líderes" como Capanema e Ivo, não pode Vargas, convenientemente, esperar muita coisa.

Pois, de envolta com a reforma administrativa o ministerial, deveria haver também a reforma de certos dirigentes parlamentares.

Temos motivos, de resto, para crer que o ilustre deputado Cirilo Júnior adota a mesma opinião...

DESPACHOS E AUDIÊNCIAS

O Presidente da República recebeu, ontem, aqui no Palácio do Catete, para despacho, os ministros da Justiça, Sr. Negrão de Lima e da Educação, Sr. Simões Filho. Em conferência recebeu o general Ar-

mando de Moraes Âncora, chefe da Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública.

Em audiência foram recebidos: Os Srs. Afonso César, Cecílio Marques e Túlio Peixoto de Alencar, presidentes respectivamente dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Empregados em Transportes e Cargas, e Bancários e o representante do presidente da Instituição dos Marinheiros, Sr. Pêrcio Gomes de Melo.

— As Sras. Maria Sabina de Albuquerque e Diva de Miranda Moura, delegadas do Brasil ao Congresso da Aliança Internacional de Mulheres, recentemente realizado em Nápoles, Itália, que entregaram ao Chefe do Governo um relatório sobre os trabalhos do conclave;

— Os Srs. Levi Miranda, Andrade de Queiroz e Roberto Fuchs, provedor e diretores do Abrigo do Cristo Redentor que se fizeram acompanhar do Sr. Hildebrando de Araújo Góes, diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais;

— Os representantes do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais, Srs. Mozart VARGAS E AS FORÇAS ARMADAS

Encerrando as festividades da Semana do Marinheiro, Vargas, como noticiamos, compareceu ao almoço de comemoração que o almirante Renato Guillobel lhe ofereceu, tendo pronunciado então um significativo discurso, de improviso, em que localizou as realizações do seu Governo — no passado e no presente — em benefício das nossas forças de mar e terra.

Realmente, como acentuava ainda há pouco o general Zeno Eulálio Leal, comandante da 4.ª Região Militar, a preocupação do Presidente Vargas foi, sempre, uma só: prestigiar, apoiar e dignificar as forças armadas, nas quais, sem dúvida, encontram as nossas soldadas os princípios eternos da grandeza e do serviço da Pátria.

O almirante Renato Guillobel teve oportunidade, agora, de referir-se igualmente de maneira profundamente agradecida às atividades do Governo Vargas que através de um plano de obras gigantesco, já em andamento, vem concedendo à Marinha do Brasil equipamento adequado, novos navios e reaparelhamento de portos, inclusive melhor assistência ao trabalhador naval.

CORRENTES...

Comentário em face à geral repercussão simpática da nomeação do novo chefe de Polícia:

— O Âncora vai se firmar, porque já conta com uma boa corrente...

Nogueira Soares e João Augusto Castelo Branco que entregaram um memorial ao Chefe da Nação sobre assuntos de interesse da indústria mineira.

DO EX-PREFEITO JOÃO CARLOS VITAL AO PRESIDENTE

O Presidente da República recebeu o seguinte telegrama do senhor João Carlos Vital, ex-prefeito do Distrito Federal:

"Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que acabo de transmitir o exercício do cargo de prefeito do Distrito Federal ao meu eminente sucessor, coronel Dulcídio Espírito Santo Cardoso. Nesta oportunidade renovo a V. Exa. as expressões da minha mais elevada estima e profundo respeito. (a) João Carlos Vital".

VARGAS E AS FORÇAS ARMADAS

Encerrando as festividades da Semana do Marinheiro, Vargas, como noticiamos, compareceu ao almoço de comemoração que o almirante Renato Guillobel lhe ofereceu, tendo pronunciado então um significativo discurso, de improviso, em que localizou as realizações do seu Governo — no passado e no presente — em benefício das nossas forças de mar e terra.

Realmente, como acentuava ainda há pouco o general Zeno Eulálio Leal, comandante da 4.ª Região Militar, a preocupação do Presidente Vargas foi, sempre, uma só: prestigiar, apoiar e dignificar as forças armadas, nas quais, sem dúvida, encontram as nossas soldadas os princípios eternos da grandeza e do serviço da Pátria.

O almirante Renato Guillobel teve oportunidade, agora, de referir-se igualmente de maneira profundamente agradecida às atividades do Governo Vargas que através de um plano de obras gigantesco, já em andamento, vem concedendo à Marinha do Brasil equipamento adequado, novos navios e reaparelhamento de portos, inclusive melhor assistência ao trabalhador naval.

leia Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito. Também o prazo de 60 dias foi ampliado para 120, no tocante à concessão automática de licença, se aquele Conselho não der parecer ao pedido naquele limite de tempo. Subiu o projeto para redação final.

CONVOCADA SESSÃO NOTURNA

O presidente convocou uma sessão noturna, para aprovação da redação final de vários projetos, bem como encerramento dos trabalhos legislativos no corrente ano.

EXAME DE SANIDADE PARA O DEPUTADO MACEDO

Referindo-se a acusações levianas e caluniosas, feitas pelo deputado Francisco Macedo a sua pessoa, o sr. José Cândido Ferraz desafiou-o a prová-las, jogando, contra a veracidade das mesmas, o seu mandato. Pede, por outro lado, que se não forem provadas seja feito exame de sanidade mental naquele representante trabalhista sergipino, tão algeirado em fazer acusações aos seus colegas, a altos membros do Judiciário de sua terra, a pessoas eminentes, sem qualquer documento, sem a mínima prova.

POLÍTICA ALAGOANA

Fala sobre um telegrama que o vice-governador de Alagoas teria passado acerca da falta de garantias nas eleições daquele Estado o sr. Muniz Falcão, dizendo que o despacho telegráfico existe, mal grado qualquer desmentido do sr. Arnon de Melo.

O acôrdo

C. MOURAO

Estou escrevendo na véspera: na véspera da última sessão desta legislatura e procuro, na mansa noite de domingo, estabelecer um julgamento sereno sobre a Câmara no crepúsculo de um ano de trabalho. Tenho para mim, que é justamente na última sessão de segunda-feira que a Câmara vai apresentar à Nação o atestado de seu vigor ou de sua debilidade, com a votação ou a contemporização de seu placeto ao Pacto Militar Brasil-Estados Unidos. O movimento comunista contra a aprovação do Acôrdo empolgou certos epígonos nacionalistas do Congresso, estabelecendo para o problema uma falsa colocação: a de que não devemos estar nem com Moscou nem com Washington, mas com o Brasil. Trata-se, não há dúvida, de uma frase sonora e redonda, mas nem por isto menos tida à verdade. O que está em jogo não é o destino da Rússia contra o dos Estados Unidos, mas a parada da Rússia contra o mundo democrático. Não sou homem para morrer de amores pelos Estados Unidos, mas o fato é que, desgraçadamente, não nos podemos passar de Washington nesta emergência decisiva para todo Ocidente. Também a mim me agradaria obter toda a ajuda americana para o Brasil numa troca barata e vantajosa. Sei, porém, que a mesma ameaça que pesa sobre a minha cabeça e sobre a cabeça de meus filhos, pesa igualmente sobre a sorte dos banqueiros de Wall Street e dos operários de Detroit. Repugna à minha consciência e à minha dignidade que eu transfira comodamente a outros países o dever de defender o mundo de meus filhos. Qualquer que seja o meu sacrifício e o de minha Nação, ele é uma decorrência lógica da posição histórica em que nos encontramos.

(Conclui na página 4)

O 32.º ANIVERSÁRIO DE "VANGUARDA"

Comemoraram, ontem, os nossos prezados confrades de "Vanguarda", o 32.º aniversário de sua fundação. Seguindo desde os tempos de Ozeas Mota, os postulados de defesa da coletividade, o popular vespertino, dirigido hoje pelos srs. João Neder e Helio Sodré, continua impondo-se à consideração pública, pela singularidade com que se consagra, dentro do seu programa de ação, ao sentido patriótico de servir à Nação e ao povo.

Aos confrades de "Vanguarda", as nossas felicitações pelo transcurso de sua data magna, que pertence, também, indiscutivelmente, à própria imprensa.

Alimentação sadia para escolares

Por iniciativa da Divisão de Propaganda do SAPS, será lançada brevemente a segunda edição do livro do prof. Dante Costa "Alimentação do Escolar". Essa providência surgiu do desejo do dr. Edison Cavalcanti, diretor geral daquela Autarquia, em atender não só às solicitações que lhe tem sido dirigidas como principalmente à necessidade de esclarecer e orientar a todos os interessados quanto aos princípios básicos da alimentação dos escolares.

SENADO

Sessão de encerramento — Concluída a votação da Lei de Segurança do Estado — Ressalva dos Srs. Aloisio de Carvalho Filho, Domingos Velasco e Ivo d'Aquino



Ivo d'Aquino

Conforme o do conhecimento público, o Senado levou a termo a promessa feita no sentido de manifestar-se sobre as emendas apresentadas, na Câmara dos Deputados, ao projeto de lei que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

Votadas as emendas — algumas aprovadas outras rejeitadas — subirá o projeto à sanção presidencial, com o que será definitivamente extirpada da nossa legislação a execrável Lei de Segurança.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Concluída a votação das emendas, o Sr. Aloisio de Carvalho Filho subiu à tribuna para fazer declaração de voto, manifestando-se contrário à criação de leis especiais no regime democrático. Entende o parlamentar brasileiro que, no regime em que vivemos, a defesa do Estado deve ser promovida através das leis comuns com definição de crimes e especificação de penalidades enquadradas no Código Penal.

Também fizeram declarações de votos, nesse mesmo sentido os Srs. Domingos Velasco e Ivo d'Aquino.

DIREITOS DA MULHER
A requerimento do Sr. Mozart Lago foi prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão de Estudos para a Concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira.

ORDEM DO DIA
Na Ordem do Dia, com exclusão do projeto que cria, na

cidade de Montes Claros, Minas Gerais, uma escola destinada ao ensino técnico e agrícola, que foi rejeitado, todas as demais matérias foram aprovadas.

ENCERRAMENTO

Convocada uma sessão noturna para o encerramento da presente sessão legislativa, como de praxe, falaram todos os líderes partidários e o presidente do Senado, Sr. Café Filho.

De PRIMEIRA MÃO



Alcides Carneiro

"O nosso prestígio é obra nossa" — exclamou o Sr. Alcides Carneiro na já famosa reunião em que o PSD, fazendo das fraquezas forças, desferiu repentinamente de seu "sonho letárgico", como uma dicer meu amigo Tenório Cavalcanti, e meteu, na região glútea habitualmente conformada e mansa, uma inesperada injeção de Testoviron.

Ninguém pode negar ao chamado partido majoritário o direito à reivindicação de sua independência e à consolidação de suas posições. Dois reparos, entretanto, devem ser feitos desde logo à tardia atitude paróica dessa agremiação tradicionalmente lémea. O primeiro deles é o que nos manda repelir como impróprio da boa educação política o caráter de ressentimento que o PSD pretende dar às suas reivindicações, considerando ilegítimo aquilo que é o direito fundamental dos partidos democráticos: o direito ao proselitismo. O velho partido sente o avanço das novas agremiações, especialmente o PTB, e ao invés de alisar a sua própria marcha, na conquista do eleitorado, tenta deter a marcha do outro, por um processo menos leal. Como o jóquei que não conseguindo alcançar o parelheiro mais veloz, lhe lançasse um pau às pernas, para igualar-lhe a marcha.

E se este primeiro reparo chega a ser assustador, como índice de uma alarmante deseducação política, o segundo não o será menos, pela facilidade com que os homens do PSD afrontam a verdade mais inegável da história partidária deste País: "nosso prestígio é obra nossa".

Ora, um homem de bem como o Sr. Alcides Carneiro não pode ter pela verdade tamanho desamor. E a verdade é que o prestígio do PSD tem sido justamente a obra de muita gente, menos do próprio PSD. Pois admitindo mesmo a hipótese de que o PSD seja um bloco politicamente homogêneo, do qual não fazem parte, por exemplo, o Sr. Armando Falcão nem os pesadistas de S. Paulo nem os do Rio Grande do Sul — fazendo de conta que se trata de um partido harmonioso em torno de seu Chefe e de seu programa — embora lhe faltem uma e outra coisa — é impossível negar que, salvo explicações menos honrosas, a obra do PSD foi apenas a escassa votação do Sr. Cristiano Machado, nas últimas eleições. Quanto ao seu prestígio, em 1945 ele foi obra apenas do Sr. Getúlio Vargas, logo abandonado, porque a nutrição do referido prestígio só podia ser sustentada pelo Poder. Obra do general Dutra até 1950, daí para cá, o prestígio do PSD voltou a ser obra de Vargas, exclusivamente de Vargas, como amanhã seria do Brigadeiro, ou de Garças, ou de Ademar — se um deles chegasse à Presidência da República. Podem mesmo ficar tranquilos os futuros ocupantes do Catete, pois os abalistas do PSD estarão sempre a postos para aplaudir o novo sol, ao qual poderão oferecer até os mesmos líderes no Congresso: Ivo no Senado e Capanema na Câmara.

E se isto acontece, se o PSD começa a ver mais gordos os bolsos do curral do vizinho, a razão é uma só: é que o PSD não tem um Chefe. E o PTB tem um, um homem de peçoço duro e sangue nos queijos como o Sr. Jango Goulart.

CONDECORADOS

Entre os diversos beneméritos da Marinha que receberam condecorações nesta semana, figuram o deputado Euvaldo Lodi e o almirante Thiers Fleming, agraciados na ordem de Comendadores do Mérito Naval. Lodi é um dos grandes entusiastas do reequipamento de nossa frota e o almirante Thiers, nome dos mais altos da engenharia naval brasileira, foi um dos construtores da grandeza da Marinha.

OSVALDO FONSECA E CELSO PECANHA

O Sr. Celso Pecanha glorificava-se de ser o autor da emenda que mandou incluir os ferroviários no abono. Nisto, chega à Câmara uma Comissão de Ferroviários, para homenagear, como pai da criança, o deputado Osvaldo Fonseca. A verdade é que, sem Osvaldo na Comissão de Finanças, dificilmente a medida teria sido aprovada.

PREFEITURA DE NITERÓI

Informou-nos o deputado Celso Pecanha que o candidato peletista às próximas eleições para a Prefeitura de Niterói será o coronel Rubens de Lima, que é primeiro suplente de deputado federal pelo PTB do Estado do Rio. As eleições para prefeito de Niterói deverão realizar-se em março.

O CASO DO PROMOTOR CYSNEIROS

O promotor Amador Cysneiros acaba de impetrar uma ordem de "habeas-corpus" perante o Egrégio Superior Tribunal Militar, para o fim de ser excluído da denúncia contra ele oferecida ao Conselho de Instrução, pelo promotor-geral da Justiça Militar.

Algo de importante falta de justiça causa para ser processado, uma vez que na denúncia não se descreve uma só figura criminal, na qual tenha o imputante incidido, sendo os fatos ali articulados meras atitudes funcionais de um promotor no exercício de seu cargo, sem revestimento do dolo ou de culpa, o que, só assim, caracterizaria um ilícito penal.

Apela para que seja restabelecido o império da Justiça, a fim de que não se cometa um atentado contra a tradição do nosso Direito Judiciário que, pela primeira vez em toda a sua história, registra a aberração jurídica de um promotor ser processado por ter cumprido prerrogativas inerentes às suas próprias funções. Protesta ainda o promotor Amador Cysneiros fazer a defesa oral do "habeas-corpus" por ele impetrado, fato esse que torna ainda mais sensacional o feito, uma vez que se sabe terem sido imensos os esclarecimentos de vários camadas para peteclear-se a sua causa.

CÂMARA FEDERAL

Desmentido o Sr. Nelson Carneiro pelo deputado Jânio Quadros — Exame de sanidade mental para o Sr. Francisco Macedo — Votadas as emendas do Senado à lei de câmbio

A última reunião ordinária da presente sessão legislativa foi dedicada, no período das breves comunicações e do pequeno expediente, a uma série de declarações de vários deputados, relembrando projetos pelos quais insistentemente se bateram e que não chegaram à final resolução outros congratulando-se com medidas governamentais satisfatórias aos seus pedidos, finalmente, declarações de voto referido ao acôrdo militar Brasil-Estados Unidos.

Falaram, entre outros, os seguintes deputados:

Germano Deckern, congratulando-se com o governo por ter proposto, à Comissão Militar Brasil-Estados Unidos, o aumento de 18 para 32 milhões de dólares da dotação destinada à importação de maquinário para a lavoura;

Chagas Rodrigues — lendo carta do diretor do Departamento de Portos, Rios e Canais, em que lhe comunica ter sido aberta concorrência pública para o início de obras no porto de Amarração, no Piauí;

Leopoldo Maciel — reclamando contra a péssima administração do D. C. T.;

Saulo Ramos — sem referir-se ao mérito, veiculou reclamações de associações comerciais contra o imposto sobre lucros extraordinários, constante de projeto em curso na Câmara;

Lima Figueiredo — pedindo providências contra o que ocorre na Noroeste do Brasil; demissão de funcionários por se terem manifestado favoráveis ao abono;

Perleira da Silva — congratulando-se com o pessoal do serviço de mecanografia, pela eficiência e assiduidade dos seus trabalhos;

Aziz Maron — agradecendo ao governo a prorrogação do crédito de 150 milhões à indústria cacaueteira; protestando contra violências sofridas na rodovia Rio-Bahia pelos condutores de veículos, por parte de autoridades policiais do Distrito Federal; finalmente, pedindo amparo governamental para as Companhias de Aviação;

Arruda Câmara — desmentindo o sr. Jânio Quadros, deputado estadual do P.D.C., em São Paulo tenha dado qualquer apoio aos projetos divorcistas do sr. Nelson Carneiro.

ORDEN DO DIA

Em discussão única as emendas do Senado ao projeto que dispõe sobre as operações de câmbio, são aprovadas as de ns. 2 a 9, sendo rejeitada a de ns. 1, que tinha parecer contrário da comissão de economia, por 128 contra 37 votos.



COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA O NOVO CHEFE DE POLÍCIA — Estêvão, ontem, em sua primeira conferência com o Presidente Getúlio Vargas, o general Armando de Moraes Âncora, recentemente nomeado para o cargo de chefe de Polícia, do Departamento Federal de Segurança Pública, que expôs ao Chefe do Governo o programa que encabeça à frente daquele importante setor administrativo. No clichê, um aspecto colhido na ocasião. Foto A.N.



Júlio Catalano

É o antigo vereador o novo secretário de administração da Prefeitura, da qual é velho servidor. Assim conhece os segredos e os mistérios das "manhas" da instituição e de seu povo podendo estudar erros e situações desastrosas para a Municipalidade.

É um posto-chave a Secretaria de Administração, e para ser bem conduzida é mister energia e mais energia. no sentido de evitar os abusos do funcionalismo e a desorganização maior de seus serviços.

Terá o Sr. Júlio Catalano uma tarefa enorme, e com ela oportunidade de mostrar que conhece realmente a casa e de que é capaz de governar um de seus setores.

É isto que vamos ver agora.

Defesa suspeita

O MINISTRO do Trabalho Superior do Trabalho Delfim Moreira Filho, está muito irritado com o Sr. Segadas Viana, que é Ministro do Trabalho. Em entrevista a um vespertino protesta contra as insinuações do Sr. Segadas Viana, responde-as e ataca outros pontos. Entre estes tem um: entende o ministro Delfim Moreira que a greve dos tecelões é essencialmente bolchevista e que foi preparada pelos vermelhos, etc., etc. E afirma que possui provas de sobra e a Polícia também. Ninguém contesta que a camarilha bolchevista haja se infiltrado e que procure se utilizar de seus elementos de desordem no seio dos tecelões, para os fins conhecidos. Mas a greve em si, na sua essência, não foi desfechada pelos bolchevistas. Estourou porque estava para estourar, e tanto isso é verdade que o Sindicato dos donos da Indústria de tecidos está dividido, em crise e com uma ala poderosa em favor dos próprios grevistas! Essa corrente é liderada pelo grupo da Bangü que mos-

Discutem Segadas e o ministro do TST, mas não folgam os tecelões...

MANOEL CAETANO

A margem da greve dos tecelões, enquanto sofrem essas tristes massas de trabalhadores, homens, mulheres e crianças em que pese o otimismo e a ne- diez do Ministro Horácio Láfer, para quem a abundância da próxima safra aconselha a manutenção dos salários ou vencimentos nos níveis miseráveis atuais... — a margem daquela greve, viziamos, se vem desenrolando uma série de episódios deprimentes para a confiança do povo nas instituições.

Ai está por exemplo essa questão de saber se houve ou não erro judiciário na decisão do dissídio daqueles trabalhadores. O de que lá não se tem dúvida, é que houve um engano da Procuradoria Geral do Trabalho. Esta pediu, segundo as partes em discussão, (um Ministro do TST e o titular da pasta do Trabalho) dados técnicos sobre o encarecimento da vida, referindo-se porém a Rio de Janeiro em vez de Distrito Federal. O resultado é que o aumento pleiteado pelos tecelões cariocas ficou reduzido às tabelas de gêneros de Niterói, onde, como na modinha, apesar dos pesares, é tudo mais barato...

E vem a seguir este exacerbado debate entre o Juiz Delfim Moreira, Ministro do TST, e relator do feito, naquela alta Corte e o próprio secretário de Estado do Trabalho, Sr. Segadas Viana. Segundo o magistrado, o Ministro Segadas tem o objetivo de desmoralizar a Justiça do Trabalho. Segundo o Ministro Segadas o Juiz Delfim perdeu a serenidade.

Erro judiciário ou ergano da Procuradoria, não se compreende como deixa, de despendar esforços em favor de uma solução que não prejudique os tecelões. Eis o que espera a opinião, tanto quanto os interessados.

Quanto às alegações de que há comunistas infiltrados na greve, ninguém lhes põe dúvida. O papel dos comunistas é fazer comunismo, como o do Governo é dar Governo ao povo. Não e a presença nem a ação ilegal de elementos extremistas em minoria ínfima, embora militante e audaciosa, que infirma a legitimidade das reivindicações de tantos milhares de trabalhadores brasileiros. Cumpre às autoridades — e é o que o senhor Segadas Viana não deve ter esquecido — militar, no sentido legítimo e democrático, junto ao operariado, atendendo-lhe as legítimas reivindicações para que ele tenha o que o regime e a Constituição lhe asseguram, e não permitir que os comunistas, à falta de verdadeiros democratas, tentem assumir as vanguardas dos trabalhadores em desespero.

trou os vícios dentro do próprio Sindicato patronal. Se está está pobre, o que não fez contra as pretensões dos tecelões, agora, quanto ao Ministro Delfim Moreira, a verdade é que S. S. procura fazer acusação, para defender o Tribunal Superior do Trabalho, que vem julgando mal, tremendamente mal, há muito tempo. A Justiça do Trabalho não está sendo desmoralizada por ninguém. Ela é que vem se avacalhando vergonhosamente há muito tempo, desde as Juntas até o T.S.T. Essa é que é a verdade que

AS BOLINHAS



Leio, em a simpática "A Seita", edição de ontem, que o dr. Edgard Estrela, diretor do Transito, resolveu instituir bolinhas na rua do Ouvidor, para facilitar o movimento. Desde o largo de São Francisco até à avenida

Rio Branco, eu hei...
A idéia do Sr. Estrela — que aquela folha — é louvável, pois, obedecidas a mão e a contramão, será mais fácil o trânsito de pedestres.

Impressionado com a notícia, conversei ontem de noite, sobre o fato, com os seguintes e prezados amigos: coronel Santa Rosa, tenente-coronel Geraldo de Menezes Cortes, e diplomata Manoel de Tertie.

— «Não compreendo, rapazes, o objetivo dessa nova providência do nosso querido Edgard Estrela».

— «O senhor não compreende porque o senhor não quer, Prof. Cognac, a inovação de encher a rua do Ouvidor de bolinhas foi até muito feliz».

— «Inovação, filhote? Mas não esteve sempre aquela rua cheia de bolinhas, macias ou não de borracha ou de pneumático, a ponto de um frade velho e austero, como eu, não poder passar por lá para não corar como um frade de pedra?».

E um dos rapazes:

— «Chela de bolinhas, Prof. Cognac, sempre esteve de fato a rua do Ouvidor, tal como a Gonçalves Dias, Mas o Estrela, adotou o novo sistema justamente para robustecer a mão e contra-mão...».

— «Que horror!».

FREI COGNAC

Parques

UMA das características das grandes cidades são os parques, onde possa a população obreira encontrar um momento de repouso, em contato com a natureza. Um mínimo de conforto exigem os frequentadores dos parques públicos. Grama bem cuidada, concessão para o funcionamento de algumas diversões, e play grounds para as crianças — e nada mais.

Todavia, onde existe isso? Contam-se nos dedos algumas de nossas praças dotadas de algum conforto para receber a população dominieira. A Quinta da Boa Vista talvez seja a única que possa ser mencionada. Assim mesmo, quanto está ela longe de proporcionar o conforto que seria de esperar fosse concedido pelo poder público!

É verdade que existem as praças, com suas belezas incomparáveis. Mas as praças cansam. Ou não estão mesmo no alcance de todos, pois as distâncias, a dificuldade de transporte e o granfinismo desestimulam, não raro, os que desejam passar o dia de descanso fora de seus lares.

O local mais indicado tem que ser mesmo os nossos parques e praças, os quais os temos tão lindos ou mais lindos do que em muitos outros países. Apenas, as nossas autoridades, que deveriam incentivar a frequência aos mesmos, desinteressam-se pelo assunto. E em vez de grama bem tratada, brinquedos para a garotada e uma ou outra diversão, explorada pela Prefeitura ou particulares, vamos encontrar, nestes aprazíveis locais, o lixo acumulado, a sujeira reinante e uma completa falta de policiamento.

PENEIRANDO

(Na revista O Mundo Ilustrado, de Lisboa, novembro de 1952, J. Rêgo Costa escreveu: A Agulha, A Linha e o Meite, atribuindo este apólogo de Machado de Assis a Coelho Neto, afirmando: "Coelho Neto criou a figura simbólica do professor de melancolia".)

ESTÁ CITAÇÃO ERRADA. EM LISBOA, CAPITAL, MOSTRA QUANTO É DESDE INÚADA NOSSA GENTE EM PORTUGAL!

Incluam-se os autárquicos

ESTÁ aprovado pelo Congresso o projeto do abono para os servidores civis da União. Será sancionado dentro em pouco, e assim, estará consumada a sua odisséia, com milhares de funcionários contentes pela melhoria de seus vencimentos, e com outros milhares profundamente decepcionados e desiludidos por terem sido, sem nenhuma razão, excluídos de um benefício que não poderia jamais comportar exceção. Assim, o Governo que insiste na igualdade de padrões de vencimentos, vai ser obrigado a pôr em vigor um diploma legal que, entre outras características, tem esta: a de criar um regime de exceção. Explicamo-nos: de acordo com o projeto a ser sancionado, os servidores dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e são dezenas e dezenas de milhares em todo o país, não irão receber o aumento previsto, a menos que possam ser melhoradas as aposentadorias e pensões de seus segurados. Houve uma condicional para que o abono alcançasse aos autárquicos da previdência social, condicional essa que além de revelar a absoluta e crassa ignorância de quem a propôs, deixou patente a própria incapacidade de ser líder o Sr. Gustavo Capanema e o regime abúlico em que vivem os deputados, inclusive esses "heróis" da oposição, capitaneados por Alonso Arinos, Aliomar Baleeiro e José Bonifácio. Enquanto o Sr. Nelson Omega, uma das "belíssimas estruturas intelectuais" na Câmara, propunha a emenda que liquidava com as pretensões justas dos previdenciários, o resto da Casa se deixava ficar indiferente e distante de um problema, cuja solução encontrada, veio comprometer o próprio Executivo Federal, que não tem responsabilidade pelo acontecido, mas que está sendo injustamente acusado por milhares de bocas das quais tiraram, à última hora, um pouco mais de pão.

Além de haver sido a emenda do deputado Nelson Omega uma prova de sua ignorância do que se discutia, pois o que se estudava era o aumento do funcionalismo e não regime de benefícios, coisa para exame em separado, ela veio pôr à mostra que o Sr. Gustavo Capanema falhou como líder, e não viu adiante do seu rubicundo nariz o absurdo daquela condicional e o disparate de uma situação que se iria criar, como de fato se criou, com o Governo responsabilizado pelo que não fez e jamais pretendeu fazer. Sem prestígio e sem força, o Sr. Gustavo Capanema levou esses meses da discussão do falido projeto, a proceder como virgem clorótica, cheia de ciúmes e birrinhas com o noivo: se não me deres isso, não te dou aquilo; se não vieres hoje, saio amanhã com fulano.

E não houve grupo dentro da Câmara que não explorasse os arrufos do Sr. Gustavo Capanema, alimentados pela venenosa e pífida atuação do Sr. Horácio Láfer, que lutou bravamente contra o funcionalismo. Por tudo isso, e mais porque vários deputados que antes de o serem, eram e continuam a ser servidores da previdência social, não ergueram suas vozes para mostrar o absurdo da proposição do Sr. Nelson Omega, e da real situação dos Institutos e Caixas e dos problemas técnicos que envolve o aumento de benefícios tais, é que foi votado um abono que é um êxito por um aspecto, algo frustrado por outro se não fosse a imposição de dois pesos e duas medidas para o mesmo grupo de servidores. Toda a Câmara, como o resto do país sabe, que ainda recentemente houve uma sensível melhoria das aposentadorias e pensões de todos os segurados dos órgãos de previdência, e que estes, presentemente, sem receber a quota da União, não estão em condições de melhorar tais benefícios, a menos que o Governo determine o aumento da taxa de contribuição. Assim sendo, e misturados os problemas de forma absurda e inepta, verdadeira soma de quantidades heterogêneas feita pelo Sr. Nelson Omega com a complacência de todos, temos

(Conclui na página 4)

Pro Seu GOVERNO



Operário — Que é que há, patrão. Descobriu boa idéia?
Dulcídio — Genial!... Vou mandar fazer um fecho-eclair para esta adutora.



DE camarote

CLAUDIA RODRIGUES

O general Armando Áncora, novo chefe do DFSP, ainda não começou a trabalhar, apesar de nomeado desde sábado. A rigor, aliás, Áncora não deveria ser general, mas almirante.

E levante logo a Áncora, general!

INCIDENTE.
Ao que estou seguramente informada, o incidente entre o general Ciro Rezende e o ministro Orlando Leite Ribeiro teve suas origens no fato de haver o ex-chefe do DFSP, em relatório às autoridades superiores, apontado aquele ministro do Itamarati como esquerdista, com base em artigos de Carlos Lacerda.

CARICATURAS
Michel, o maravilhoso caricaturista da invicta GAZETA DE NOTÍCIAS, continua fazendo charges notáveis para este matutino.

Aquele, por exemplo, que reunia o Manoel Caetano (Bandeira de Melo) e o nosso querido secretário Abílio de Carvalho, estava muito fiel. O Bandeira e o Abílio são aquilo mesmo que estava na charge.

ABONO
Consoante leio nas folhas, os funcionários públicos civis da União receberam o abono antes do Natal. Mário Altino, que, funcionário público, está muito interessado na melhoria, tem feito tudo para o dinheiro sair.

CACHAÇA
Pais Leme: — Você pensa que cachaça é água? Cachaça não é água, não! Cachaça vem do alambique, e água vem do ribeirão...

(Tópico inspirado pelo vereador Osmar Lopes de Rezende).

MENGO!

Lulando com apenas dez homens e diante de um juiz miserável, que deveria ser bem surrado pela nossa torcida, o meu querido Flamengo caiu diante do Vasco pela contagem mínima. Jogásemos a segunda fase completa, e não teríamos perdido.

E agora ficam telefonando para mim, eu mandando-me recados irreverentes! Súcia de covardes! Penham seus nomes nos bilhetes: declinam-nos nos telefonemas, tiram de frente, como o faço eu.

Mas de nada valerá a guerra de nervos: continuarei flamengo até morrer, pois Flamengo é religião.

Sai, bando de despolados! Sai, cãfila de covardes!

PISA MACIO

Desta feita, o Pisa Macio (Hélio Alves Veiga) saiu do campo aniquilado. Antes, no entanto, quando um português se pôs a debochar do clube mais querido do Brasil, Pisa Macio fez valer seu sereno em Vila Isabel e amarrotou-lhe a cara.

E eu, por meu turno, dei com a bôlsa na faceira de um vascaíno. Tudo foi lucro, no fim.

PADRE MOURÃO

O padre G. Mourão, apesar de sua condição de sacerdote, escreveu um artigo, domingo último, dizendo que tomara, numa só tarde, várias copas de uísque. Que é isso, padre Mourão? Você me está lembrando certo franciscano muito ligado à invicta GAZETA DE NOTÍCIAS...

VOTAÇÃO

Não pôde ser votado, no período legislativo que ontem expirou, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Nem se justificava que a Câmara Baixa examinasse e votasse o infame tratado em tão curto lapso de tempo.

Quem ficará mal nessa história? Só o minúsculo chanceler João Neves da Fontoura, que se comprometera com os americanos a conseguir do Congresso Legislativo imediata homologação para o Acordo.

A GAFFE DO CÍCERO

Cícero Leunroth conversava, ontem, com Cyano da Teixeira, sobre o Estado de Minas Gerais, cantando-lhe as belezas naturais. A certa altura da palestra, Cyano declarou: — "Minas, Estado mediterrâneo, é..."

Cícero Leunroth não o deixou concluir e deu uma sonora gargalhada:

— Estado mediterrâneo... O Mediterrâneo (que é mar e não Estado) fica na Europa...

(Som cementários).

O paião do dia

Entra, hoje, carregado de quixoa e com um copo de cachaça na mão, o sempre lembrado (nesta galeria) Luiz Pais Leme, que continua claudando a imprensa na Câmara Municipal. Porque os jornalistas denunciam suas bebedeiras e jacobulês.

Sai, cachaceiro! Sai, bulão!



«Podemos salvar a liberdade»

GAZETA JURÍDICA

EDITAIS

JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA CIVIL

Edital de citação com o prazo de 40 dias, na forma abaixo:

O Dr. Julio Alberto Alves, Juiz Substituto em exercício na Vara Civil do Distrito Federal, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, FAZ SABER a todos os que virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que a este Juiz foram distribuídos os autos da Renovação de Contrato, requerido por José M. Dias contra D. Maria Durão Dias, a quem se cita com o prazo de 40 dias, para a ciência da petição, distribuição e despacho adiante.

— Petição inicial — 11-4-52. — Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Civil — José M. Dias, firma comercial de D. Maria Durão Dias, estabelecida nesta cidade, à rua Carolina, nº 11, no bairro do Meier, nesta cidade, por seu bastante procurador infra-assinado, que propõe como de fato propõe o contrato de locação, com fundamento na lei n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, art. 1.º e seqs., contra D. Maria Durão Dias, brasileira, viúva, proprietária residente em Portugal na pessoa de seu representante legal e bastante procurador, Dr. José Araújo, Moita Junior, encontrado em seu escritório, à rua Rodrigo Silva, nº 11, 2.º andar, nesta Capital, razão pela qual expõe para a final requerer a Vossa Excelência, o seguinte: I — O Contrato de locação, por contrato particular de locação, devidamente registrado no Registro de Títulos do 3.º Ofício, sob nº 10.720, do prédio acima referido, prazo de 5 anos e 11 meses, aluguel atual de Cr\$ 60.000 (cláusula 21) mais impostos, taxas e prêmio de seguro, com vencimento marcado para 18 de fevereiro de 1953 (D. e. anexo 2); II — Tal contrato é fundado na sentença proferida na 10.ª Vara Civil em 8-4-1947 nos autos de honra locação de alugueres do mesmo prédio, visto como o Requerente é amigo locatário do mesmo; III — Estando a vencer-se o prazo mínimo preconizado pela lei citada para o direito a renovação (art. 4.º) e não tendo havido acordo entre as interessadas (art. 1.º), sendo certo de que o peticionário preenche todas as demais condições previstas na lei, bem como as previstas no contrato (anexo), vem pela presente propor renovação do dito contrato por prazo igual ao do contrato renovando, aluguel mensal de Cr\$ 500.00 e todas as demais condições previstas no mesmo, com exceção do fiador que será o Sr. Manoel Dias, português proprietário, e também comerciante, estabelecido à rua Castro Alves, 210, onde mantém residência que de tudo esta ciente e que aceita as condições exaradas na presente petição em qualquer outras que vierem a ser determinadas por V. Excelência, tudo conforme Declaração devidamente assinada inclusive pela esposa do fiador, devidamente reconhecidas as firmas dos ditos e em provas de idoneidade do fiador; IV — Assim, requer o peticionário a renovação do contrato acima nomeado na pessoa de seu procurador também já nomeado, no endereço acima exposto para que venha renovar o contrato em causa — nos termos desta e no prazo legal ou contestar a presente sob pena de revelia até final sujeitando-se a tudo o que for determinado. Protestando por todo o gênero de provas admitidas em direito, inclusive depoimento pessoal do citado, sob pena de confissão por seu procurador, depósito de testemunhas, vistoria com arbitramento indicando para perito Manoel Elísio de Vasconcelos, protestando apresentar quesito e tudo mais permitido em direito, dá a presente o valor de 4.800.00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros). Nestes termos pede deferimento. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1952 — a) Arthur de Castro Borges, Distribuidor; Corregedoria da Justiça — Ao 2.º Ofício de Distribuidor, D. à 9.ª Vara Civil, Em 7 de 8 de 1952 — a) legível. — Despacho: A. Cite-se. — R. 11-4-52. — a) Euclides Felix de Souza. — Petição fls. 24 — Excmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 9.ª Vara Civil. — José M. Dias, nos autos da ação renovatória que move contra D. Maria Durão Dias, requer a Vossa Excelência, a juntada da inclusa Carta Procuratória Anexa, devida mente cumprida bem como a expedição de editais, visto como a R. of. certificado do sr. Oficial de Justiça de fls. 10-v. a

mesmo se encontra em Portugal. Nestes termos, pede deferimento. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1952 — a) Arthur de Castro Borges, Distribuidor; Corregedoria da Justiça — Ao 2.º Ofício de Distribuidor, D. à 9.ª Vara Civil, Em 7 de 8 de 1952 — a) legível. — Despacho: A. Cite-se. — R. 11-4-52. — a) Euclides Felix de Souza. — Petição fls. 24 — Excmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 9.ª Vara Civil. — José M. Dias, nos autos da ação renovatória que move contra D. Maria Durão Dias, requer a Vossa Excelência, a juntada da inclusa Carta Procuratória Anexa, devida mente cumprida bem como a expedição de editais, visto como a R. of. certificado do sr. Oficial de Justiça de fls. 10-v. a

— a) J. A. Alves. Em virtude do que se passou o presente edital que vai afixado na forma do costume e enviado à publicação na imprensa, constando de ambos que este Juiz funciona à rua D. Manuel N. 29, 5.º andar, Palácio da Justiça. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias do mês de dezembro do ano de 1952. Eu, a) Mauro Azambey Neves, escrevente auxiliar, o dactilógrafo, E eu, a) Asmar Antonio, Escrivão Substituto, a subscreevi. — a) Julio Alberto Alves. Está conforme — O escrevão, subscreevi — Asmar Antonio.

JUIZO DE DIREITO DA QUARTA VARA DE FAMILIA

Edital de citação, passado a requerimento de Lourival Siqueira, contra Cecília da Silva Siqueira, com o prazo de 45 dias, na forma abaixo:

O Doutor Waldir de Abreu, Juiz substituto em exercício neste Juízo de Direito da 4.ª Vara de Família do Distrito Federal, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital de citação com o prazo de 45 dias vierem ou dele conhecimento tiverem e especialmente a CECÍLIA DA SILVA SIQUEIRA, de parafuso, inerte e não sabido, que por este Juiz e Cartório do Escrivão que esta subscreevi se processa a ação ordinária de desquite requerida por seu marido LOURIVAL SIQUEIRA, em o qual foi pelo MM. Juiz designado o dia 2 do mês de janeiro do ano de 1953, às 13 horas, para a audiência de conciliação, quando deverá estar presente a citada CECÍLIA DA SILVA SIQUEIRA e o requerente LOURIVAL SIQUEIRA, tudo conforme petição abaixo transcrita: — Petição de fls. 2. Exmo. Sr. Dr. Juiz da Vara de Família. Lourival Siqueira, brasileiro, casado, jornalista, residente em São Paulo, à rua Sete de Abril, 230, vivendo separado de sua mulher, d. Cecília da Silva Siqueira, brasileira, de residência ignorada, vem propor contra a mesma uma ação ordinária de desquite pelos motivos e fundamentos seguintes: I — O Autor contraiu nupcias com a Ré no dia 6 de setembro de 1932, nesta Capital, sob o regime de comunhão de bens (doc. junto). 2 — Não existem filhos nem bens a partilhar. 3 — A Ré, logo no início da vida conjugal, procedeu levianamente. Depois, chegou a atentar contra a vida do Autor e em seguida abandonou o lar, à rua Candido Mendes, 57, nesta Capital. Mais tarde, o Autor teve notícias mais seguras da prática do adultério pela Ré e de injúria grave ao Autor. Atualmente reside em lugar ignorado. 4 — Iniciou assim a Ré nos itens I, II, III e IV do artigo 317 do Código Civil. 5 — Em face do exposto, o Autor requer a V. Excelência, a citação da Ré por editais, para os termos da presente ação e bem assim para a audiência de conciliação, sob as penas de confissão e revelia, preenchidas todas as formalidades legais. 6 — Requer o depoimento pessoal da Ré, pena de confissão, prova testemunhal, juntada de documentos e outras provas necessárias. 7 — Dá a presente para os efeitos legais o valor de Cr\$ 20.000.00. Nestes termos. P. Deferimento. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952 — a) P. p. João José Póvoa. — Despacho de fls. 14: Designo o dia 2 de janeiro de 1953, às 13 horas, para a audiência de conciliação. — Em 3-12-52. — a) Waldir de Abreu. Em virtude do qual expedi o presente edital, com o teor do qual ficam autor e Ré intimados a comparecer neste Juízo no dia 2 de janeiro do ano de 1953, às 13 horas, para a audiência de conciliação e se manifestarem sobre a possibilidade de transação conforme dispõe a lei 968 de 10-12-52; caso não compareçam no dia designado, fica a Ré CECÍLIA DA SILVA SIQUEIRA, citada pelo prazo de 45 dias na ação de desquite que lhe move LOURIVAL SIQUEIRA, contado daquela audiência, para contestá-la no prazo de 10 dias, que será contado após o prazo da citação, sob pena de revelia e tudo conforme petição e despacho acima trans-

Diz Eisenhower ao regressar da Coreia

NOVA YORK, 15 (A.F.P.). — Ao desembarcar do avião que o trouxe da frente da Coreia, ontem, a esta cidade, o general Eisenhower declarou à imprensa que sua viagem não assinalava o fim, mas o início de um novo esforço para conseguir um fim honroso do conflito coreano.

«Volto com renovada confiança de que pode apressar uma solução satisfatória para o problema da Coreia» disse o presidente designado, acrescentando: «Mas isso exigirá bom senso e prudência, muita paciência».

«Nem na Coreia nem no resto do mundo, prosseguiu o general, uma paz honrosa nunca estará fora do alcance dos homens».

vres, se eles a ela se dedicarem com inteligência e energia».

Sorridente, e agitando seu chapéu para saudar a multidão, que viera esperá-lo no aeroporto de La Guardia, o general lembrou que já dissera muitas vezes que tinha ido à Coreia «para aprender».

«Agora, acrescentou, posso dizer-vos que o exército se desempenha tão bem quanto vós, cidadãos, tendes o direito de exigir-lhe. Achemos, todos, que aprendemos algo que nos permitirá começar traçar planos e a preparar um programa positivo. Não é agora o momento de dizer mais do que podemos realizar, pois temos à nossa frente um inimigo a quem as palavras não impressionam seriamente os atos podem abalá-los».

Matou-se por não poder pagar suas dívidas

O desesperado gesto de um bancário premido pelas dificuldades financeiras

Francisco Campelo, de 30 anos, solteiro, bancário, morador à rua Luiz de Camões, 55, deprimido moralmente por não poder solver compromissos financeiros, pôs termo à existência, na noite de ontem, ingerindo vinte comprimidos de um soporífero, quando se encontrava na praça Afonso Viquez, na Cascatinha.

O infeliz foi conduzido ainda com vida ao HPS, mas ali veio a falecer, quando era medicado.

Deixou o suicida duas cartas, uma endereçada a D. Alda Ramos, moradora à rua Tenente Cleto Campelo, 625, filha do Governador e outra a Geraldo Bojaris, domiciliado à rua Carmo Neto, 21. Na carta dirigida a este último pedia desculpas por não poder pagar as dívidas.

O corpo foi recolhido ao I. M. L., com guia do 17º D. P.

O Natal das crianças pobres

No Estádio Municipal um grande "show" e distribuição de 440 mil presentes às crianças presentes

Já constitui tradição entre a petizada das classes menos favorecidas o Natal festivo que todos os anos lhe é proporcionado pela L. B. A. sob a orientação direta de Sra. Darcy Vargas.

Visando as festividades deste ano foram distribuídos ontem 110 mil cartões, a meninos e meninas de diversas idades, através de postos localizados nas principais praças de esportes da cidade.

A festa no Maracanã

Dia 21 próximo vindouro, no Estádio do Maracanã serão distribuídos cerca de 440 mil brindes às crianças portadoras de cartões. Haverá, antes, um "show", com a participação de artistas de rádio e de empresas circenses desta capital.

O acordo

(Conclusão da página 2)

tramos, ao lado de um aliado natural, contra um inimigo natural. Também eu gostaria que os termos do Acordo implicassem para o Brasil em mais direitos e menos obrigações. Mas a plena conjuntura de guerra em que nos encontramos, não suporta mais discussões. E se a Câmara dos Deputados praticar amanhã o gesto capitulacionista de acender uma vela a Deus e outra ao Diabo, protestando a aprovação do Acordo, nossos filhos terão razão para temer o futuro. Porque um Congresso capaz de tantas tolerâncias e delicadezas com o inimigo implacável como o Comunismo, é capaz de levar-nos amanhã como o poeta, a perder a vida e a par delantess».

P. S. — A Câmara capitulou na melancólica sessão a que acabou de assistir.

Incluíam-se os autárquicos

(Conclusão da página 3)

o abono para uns, e não para outros. Os previdenciários sabem hoje que não terão o aumento, de forma alguma, porque não é possível o atendimento da condição imposta no Decreto a ser sancionado. Para que tivessem a melhoria que alcançou aos federais e a várias outras entidades parastatais e autárquicas, fora do âmbito da previdência social, seriam necessários meses de trabalho, para o exame técnico da questão do aumento das aposentadorias e pensões. Seriam necessários, mais doze meses de vai-vem, com a interferência do Executivo Federal, para pagar a sua quota integralmente, o que é sonho, ou aumentar as taxas de contribuição. Esse o quadro real e que os previdenciários têm pela frente, convencidos de que o abono para eles foi um sonho.

Esse o deserviço prestado ao Governo pela Câmara dos Deputados, onde um líder da maioria não tem sequer a força elementar do prestígio pessoal para superar certos problemas, onde um deputado ignorante legisla com a complacência de gregos e troianos, comprometendo vergonhosamente o espírito de uma lei e a posição do Governo.

Como veio, capenga, torto, viciado, o abono é o retrato moral e mental de uma Câmara de segunda ordem, que não pode merecer consideração e nem respeito da opinião pública.

CÂMARA MUNICIPAL

Solenemente encerrada a segunda sessão legislativa — Também o prefeito Dulcídio compareceu à Câmara — Vai haver convocação extraordinária em fevereiro — Homenagens aos vereadores licenciados para formar o Secretariado municipal



Alvaro Dias

Encerrou-se ontem, solenemente, a atual sessão Legislativa na Câmara de Vereadores.

Num ambiente festivo, que contrastava com os dias normais onde o plenário nem sempre é "um manso lago azul", os vereadores indicados por suas bancadas, ocuparam a tribuna mais para se despedirem dos seus pares, do funcionalismo e dos jornalistas. As orações foram todas coroadas de palmas. Pela ordem em que se sucederam no microfone, discursaram os senhores Levi Neves, Frederico Trota, José Junqueira, Cotrim Neto, Telemaco Gonçalves Maia, Mário Martins, Silvino Neto, Hugo Ramos Filho e Mourão Filho.

Também esteve em visita de cordialidade à Câmara, como é da praxe na solenidade de encerramento, o Prefeito Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, o Governador da Cidade, recebeu no gabinete do presidente Mourão Filho, escusou-se de não se fazer acompanhar do Secretariado, enquanto somente hoje será o mesmo empossado. No decorrer de sua oração, o Cel. Dulcídio Cardoso fez referência à necessidade de uma convocação extraordinária da Câmara Municipal.

Acredita-se que a convocação pretendida pelo chefe do Executivo seja feita a 15 de fevereiro.

Encerrados os trabalhos de plenário, depois da saída do Cel. Dulcídio Cardoso, houve no Salão Nobre a transmissão dos cargos de Presidente e 1.º Secretário da Câmara Municipal, respectivamente Srs. Mourão Filho e Alvaro Dias, licenciados para dirigir Secretarias da Prefeitura. Nesta oportunidade, discursaram o diretor da Secretaria da Câmara, Sr. Artur Massena; o vereador Alvaro Dias, que transmitiu a 1.ª Secretaria ao Sr. Amandio de Carvalho; o edil Mourão Filho que passou a presidência do Legislativo ao Sr. Roberto Gonçalves Lima; e, por último, encerrando a reunião extraordinária realizada na parte da manhã, o plenário aprovou o projeto do pedesista Alvaro Dias dispondo sobre o aproveitamento dos cégos no serviço público; aprovou também a proposição do pedesista Osmar Lopes de Rezende isentando do pagamento de impostos de transmissão os lavradores adquirentes de propriedades rurais. Logrou ainda aprovação e projeto de abertura de crédito suplementar à verba 000 (Secretaria da Câmara Municipal), com mais de 30 emendas, o que eleva o crédito à 600 milhões de cruzeiros.

O vereador Levi Neves formulou apelo em favor do casal de judeus Julius-Ethel Rosenberg, acusado de espionagem e de exercer atividades políticas contrárias aos interesses dos Estados Unidos, e por esse motivo já condenado à morte na cadeira elétrica, com a data fixada para 12 de janeiro de 1953.

Houve mais o seguinte: na reunião extraordinária realizada na parte da manhã, o plenário aprovou o projeto do pedesista Alvaro Dias dispondo sobre o aproveitamento dos cégos no serviço público; aprovou também a proposição do pedesista Osmar Lopes de Rezende isentando do pagamento de impostos de transmissão os lavradores adquirentes de propriedades rurais. Logrou ainda aprovação e projeto de abertura de crédito suplementar à verba 000 (Secretaria da Câmara Municipal), com mais de 30 emendas, o que eleva o crédito à 600 milhões de cruzeiros.

O vereador Levi Neves formulou apelo em favor do casal de judeus Julius-Ethel Rosenberg, acusado de espionagem e de exercer atividades políticas contrárias aos interesses dos Estados Unidos, e por esse motivo já condenado à morte na cadeira elétrica, com a data fixada para 12 de janeiro de 1953.

PAGAMENTOS NO TESOURO

O Tesouro Nacional efetuará, hoje, dia 16, o pagamento do funcionalismo público federal, referente ao 2º dia útil do mês em curso, ou seja:

Tribunal Superior do Trabalho; Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região; Juntas de Conciliação e Julgamentos da Primeira Região.

FUNCIONARIOS

Ministério do Exterior; Ministério da Agricultura; Ministério do Trabalho e Ministério da Viação.

EXTRANUMERARIOS

Presidência da República e órgãos subordinados — (mensalistas e diaristas), Tribunal de Contas (idem), Ministério da Fazenda (mensalistas, diaristas e terceiros), Ministério do Exterior (mensalistas diaristas); Ministério da Agricultura (mensalistas e contratados), Ministério da Justiça, Ministério da Viação e Ministério da Educação.

EM DISPONIBILIDADE: MINISTERIO DO EXTERIOR

Aposentados

Ministério do Exterior — folha 4001 — letras A a Z; Ministério do Supremo Tribunal Federal — folha 4520 — letras A a Z; Ministério do Superior Tribunal Militar — folha 4212 — letras A a Z; Desembargadores do Tribunal de Justiça — folha 4523 — letras A a Z; Juizes e Promotores — folha 4521 — letras A a Z e Departamento Administrativo do Serviço Público — folha 4522 — letras A a Z.



Sábado, 16 de Dezembro

Amas de leite — «A Gazeta Médica da Bahia publicou ultimamente, fazendo-o preceder de muitas sensatas considerações um projeto de regulamento das amas de leite, formulado pelo inscansável Sr. Dr. Moncorvo de Figueiredo.

Esse trabalho hoje de novo publicado em folheto corresponde a uma tão urgente necessidade, remediando um mal tão grave, que assolamos com o maior prazer os nossos pequenos esforços ao que está feito pelo ilustrado Sr. Dr. Moncorvo, para chamar atenção dos poderes públicos sobre a matéria».

O velho tema do divórcio — «Uma folha de Portugal transcreve a seguinte notícia:

«A Democracia dava ontem, a propósito de divórcios, uma notícia a sensation. Diz aquela folha que um alto personagem, casado com uma condessa que foi primeiramente cantora, requereu, de acordo com esta, em Roma, a anulação do seu casamento. A explicação d'este banto singular ainda é mais a sensation. Diz-se que recusando-se que El-rei não possa resistir à molestia que lhe mina a existência, se trata de aceitar algumas precauções para assegurar a regência a esse personagem; e como o país não aceitaria de certo uma regência dirigida na sombra pela esposa morganática, pensa-se n'aquella solução para resolver as dificuldades, e aquietar a resistência de S. M. a Rainha».

Desta a procedência de tal notícia para se aquietar o valor em que merece ser tida. A Democracia é uma folha manifestamente hostil à família real portuguesa».

Espancou a jovem gestante

Covarde atitude de um ciumento numa cozinha da Pavuna

Um indivíduo desalmado, eis como podemos classificar José Rodrigues dos Santos, brasileiro, de 28 anos, residente à rua São Salvador, se número, em Pavuna.

Há pouco mais de um ano conheceu ele a viúva Iracema Maria de Sousa, brasileira, branca, de 18 anos de idade. O marido de Iracema morreu meses depois do casamento e ela, inteiramente sem recursos, aceitou de bom grado a proposta que lhe fez José Rodrigues e foi viver com ele, no endereço acima.

José Rodrigues, contudo, seja porque é ciumento, seja porque é de gênio irritadiço, mostrou

em pouco suas péssimas qualidades, passando a espancar a companheira sob as mais fúteis pretextos. Ontem, sem levar em consideração o fato de Iracema estar em fase adiantada de gestação, espancou-a a socos e pontapés, com tal violência que a infeliz mulher ficou desacomodada e certamente correria o risco de morrer, se não intervenisse, em seu auxílio, o cabocomanhante do Posto Policial de Pavuna.

Iracema foi removida para o Hospital Calos Chagas, sendo considerado grave o seu estado.

O agressor foi preso em flagrante e autuado no 24.º D.P.

Agrava-se a questão entre Segadas Viana e a Justiça do Trabalho

O erro irreparável do T. S. T. fez com que eclodisse a greve dos tecelões

O ministro Delfim Moreira, vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, e que funcionou como revisor no dissídio dos tecelões, declarou, segundo foi divulgado, que não houve erro judicial na decisão daquela corte e que o intuito do ministro Segadas Viana era desmoralizar aquele órgão e que o Tribunal não iria reformar sua sentença em face do embargo declaratório, por ser no seu entender, de caráter esclarecedor.

Sobre o assunto, o ministro Segadas Viana, procurado pela reportagem, nos adiantou o seguinte:

— Não vou responder a um juiz que perde a serenidade. Não tive, nem tenho intenção de desmoralizar a Justiça do Trabalho e, mesmo que o quisesse, não teria meios nem razões para isso.

Qualquer órgão, seja do Poder Judiciário, seja do Executivo ou do Legislativo, só se desmoraliza por seus próprios atos.

Apenas devo esclarecer um ponto da entrevista do sr. Delfim Moreira. Diz ele que a greve tinha sido preparada com ciência do ministro. É absolutamente verdadeira essa afirmação e vejo, com satisfação, que aquele juiz reconhece que o ministro do Trabalho tem contacto com a realidade social e cumpriu seu dever, levando ao conhecimento do Tribunal o perigo de greve.

Perguntado se considerava a greve comunista, o titular da pasta do Trabalho disse que não, esclarecendo seu conhecido ponto de vista e respondeu assim, a um tópico da entrevista do ministro revisor:

— Quanto à influência comunista na greve, também é coisa indiscutível e, no que concerne ao MTIC as providências cabíveis foram tomadas.

Prosseguindo, afirmou o sr. Segadas Viana:

— Quanto a se houve erro ou não, quem julgara melhor é a opinião pública. — Tratava-se de um dissídio sobre aumento de salário no Distrito Federal. A Procuradoria da Justiça do Trabalho pediu informações sobre o aumento do custo de vida no Estado do Rio. No Tribunal ninguém reparou no erro e somente a referência a dados estatísticos de uma instituição privada veio incidentemente. O Tribunal concedeu um aumento de salários correspondente ao aumento do custo de vida no Estado do Rio. Essa é a verdade que ninguém poderá contestar.

Com referência às críticas do sindicato dos tecelões, disse o ministro que no último sábado

foi à Fabrica Bangü, atendendo ao pedido dos próprios trabalhadores desse estabelecimento fabril e acrescentou:

— Realmente, uma assembléa do Sindicato dos Trabalhadores Textéis teria rejeitado as bases do acordo oferecido por aquela fabrica. Devo esclarecer que se trata de uma assembléa ilegal, não convocada regularmente e sem que dela participassem os interessados: — os trabalhadores da Fabrica Bangü, que não foram notificados. A realidade está: os trabalhadores dessa fabrica voltaram ao trabalho e muito satisfeitos com o acordo feito.

Estou certo, prossegue o sr. Segadas Viana, de que outros empregadores farão idêntico acordo e sua gente voltará ao serviço. Contudo as bases adotadas pelo Tribunal Regional semelhante à solução de outros casos, sejam boas, no que concerne à taxa de aumento concedido. Deixo aqui o meu apelo aos trabalhadores para que, havendo possibilidade de um acordo razoável, não se deixem iludir pelos elementos de agitação comunista, interessados em levá-los à paralisação prolongada e, portanto, à fome e à miséria. O Ministério do Trabalho não tem outro interesse se não o de ver realizada a Justiça Social que sempre foi a base da política do Presidente Getúlio Vargas. Essa tranquilidade social não será obtida com padrões reacionários, nem com agitadores comunistas, mas com empregadores e empregados que compreendam e pensem no bem do Brasil.

Estou certo, prossegue o sr. Segadas Viana, de que outros empregadores farão idêntico acordo e sua gente voltará ao serviço. Contudo as bases adotadas pelo Tribunal Regional semelhante à solução de outros casos, sejam boas, no que concerne à taxa de aumento concedido. Deixo aqui o meu apelo aos trabalhadores para que, havendo possibilidade de um acordo razoável, não se deixem iludir pelos elementos de agitação comunista, interessados em levá-los à paralisação prolongada e, portanto, à fome e à miséria. O Ministério do Trabalho não tem outro interesse se não o de ver realizada a Justiça Social que sempre foi a base da política do Presidente Getúlio Vargas. Essa tranquilidade social não será obtida com padrões reacionários, nem com agitadores comunistas, mas com empregadores e empregados que compreendam e pensem no bem do Brasil.

NAO FORAM JULGADOS OS EMBARGOS

O Tribunal Superior do Trabalho, em sessão de ontem, não julgou os embargos declaratórios impetrados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem. Segundo informou o secretário do T.S.T., Agnelo Bergamini, os referidos embargos declaratórios, somente ontem à tarde, foram encaminhados ao ministro Julio Barata, relator do processo, que deverá dar seu parecer nas próximas 24 horas.

Hoje a posse do secretário-riado do Prefeito

Toma posse, às 11.30 horas de hoje, no Palácio Guanabara, o Secretário Municipal escolhido pelo prefeito Dulcídio do Espírito Santo Cardoso. A posse será coletiva, estando marcada, para as 14 horas, a transmissão do cargo de secretário do Interior e Segurança, ao sr. Mourão Filho.

Também será transmitida, hoje, ao seu novo titular Alvaro Dias, às 16 horas, a Secretaria de Saúde e Assistência. A transmissão da Secretaria de Administração está marcada para as 11 horas da próxima quarta-feira.

AUXILIARES DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

O novo secretário de Administração, Sr. Júlio Catalano, até ontem já havia convidado os seguintes auxiliares: Roberto Figueiras,

Mourão Filho

Também são conhecidos os convites do Secretário de Saúde: Adalberto Bergerth, para o Departamento de Assistência Hospitalar; e Reginaldo Fernandes, para continuar no Departamento de Tuberculose.

BANCO UNIAO COMERCIAL S/A

ASSEMBLEIA 91
Gr\$ 23.370.819.00
Capital e Reservas

Os trabalhadores pernambucanos favoráveis à estatização do seguro de acidentes

As Companhias de Seguro haviam usado indevidamente o nome dos Sindicatos e estes denunciaram o «embuste grosseiro»

O presidente do I. A. P. I., Sr. Afonso César, recebeu de órgãos sindicais de trabalhadores de Pernambuco o seguinte telegrama:

“Recife, 14 — Os sindicatos de trabalhadores de Pernambuco, cientes da divulgação de um pretensão pronunciamento desfavorável de alguns líderes sindicais contra a estatização do seguro de acidentes do trabalho, vem denunciar perante vossência o embuste grosseiro de que foram vítimas companheiros que deram apenas apoio à redução da idade na aposentadoria por velhice, reiterando nesta oportunidade a irrestrita e incontestável solidariedade dos trabalhadores pernambucanos à campanha pela socialização do seguro de acidentes do trabalho. Saudações.

(aa) João Batista Porto presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Doces; José Antônio Andrade, presidente da Federação de Carris Urbanos; Rômulo de Lima Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Couro de Caruaru; Arsenio Ferreira Calça, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares; Mário Apolinário dos Santos, presidente do Sindicato dos Carregadores Rodoviários de Pernambuco; Clemente Cerqueira Pontes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica; Lourival Leocádio Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Curtimento e Peles; Wenceslau Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Mobiliário; Levy Paes Barreto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas; Henrique Tavares, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Abílio Vicente da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Portuário de Recife”.

A MELHOR GARANTIA
BANCO FINANCIAL DO BRASIL S.A.
RUA DO OUVIDOR N.º 69
CONTA CORRENTE POPULAR
Consultem nossas taxas

Vai ser julgado o dissídio dos Comerciantes

Marcada para amanhã a primeira audiência de conciliação

A Procuradoria da Justiça do Trabalho já emitiu parecer favorável à instauração do dissídio coletivo de trabalho, em que figura, como parte recorrente o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e como recorridos cerca de trinta sindicatos patronais. Em sua petição o órgão classista dos empregados requer seja homolo-

gado o acordo recentemente firmado entre os quatro sindicatos dos patrões ou sejam — Lojistas, Comércio, Atacadista de Pedras Preciosas, Empresas de Turismo e Hospitalidade e o de Varejista de Material Elétrico onde está assentado o aumento dos empregados nessas categorias econômicas, bem como a urgência dessa melhoria, e que sejam citadas imediatamente as outras entidades que se negaram a assinar o acordo.

Ontem, o juiz Delfo Maranhão, presidente do Tribunal Regional do Trabalho, na presença do sr. Luiz José Bastista Guimarães, presidente do S.E.C. e incansável batalhador nessa questão de aumento de salários de sua classe, fez sentir aos diretores e advogados do S.E.C. que estando os autos do processo em condições de prosseguir em seus trâmites comuns vinha de determinar o próximo dia 8 de janeiro para efetuar-se a primeira audiência de conciliação. Amanhã efetuar-se-á a homologação do acordo com os quatro sindicatos patronais que o subscreveram. Os comerciantes pleiteiam o aumento de 40% sobre os salários atuais, dos sindicatos dissidentes, e 30% para os demais que vêm de firmar acordo amigável.

O titular da Secretaria de Interior, convidou o Sr. Orlando Vilas para assistente e Antonio Mourão Vieira para secretário adjunto.

Também são conhecidos os convites do Secretário de Saúde: Adalberto Bergerth, para o Departamento de Assistência Hospitalar; e Reginaldo Fernandes, para continuar no Departamento de Tuberculose.

Ao atravessar a linha férrea teve a cabeça decepada

Na estação do Rocha a tétrica ocorrência

Ao tentar atravessar a cancela da estação do Rocha, foi colhido pelo trem prefixo UD-294, Deodoro, o operário Mário Rodrigues, pardo de 23 anos de idade, solteiro, morador à rua Ipiranga, 94.

O infeliz trabalhador teve a cabeça decepada sob as rodas do elétrico, morrendo instantaneamente.

Com guia do comissário Lourival, de serviço ao 19.º Distrito Policial, o corpo e a cabeça foram removidos para o Instituto Médico Legal.

“GRANDE CONCURSO MENSAL” GAZETA DE NOTÍCIAS

INSTRUÇÕES PARA HABILITAÇÃO AO NOSSO SORTEIO CORRESPONDENTE À COLEÇÃO DE CUPÕES DA SÉRIE F

Os leitores da GAZETA DE NOTÍCIAS que desejarem concorrer ao sorteio mensal de nossos prêmios, deverão obedecer as seguintes instruções:

- 1 — Recortar diariamente o cupão publicado em nossa primeira página;
- 2 — Juntar seis (6) cupões e trocá-los na sede da GAZETA DE NOTÍCIAS, a rua Teófilo Ottoni 142, na Avenida Rio Branco, 120, loja 16, ou nas próprias bancas de venda de jornais por um bilhete numerado emitido pela Agência Júnior de Publicidade Ltda., qual concorrerá ao sorteio da Loteria Federal do dia 24 de dezembro de 1952;
- 3 — Cada coleção de seis (6) cupões será trocada por um bilhete numerado que concorrerá ao sorteio;
- 4 — Os leitores do interior poderão enviar pelo Correio, suas coleções de cupões para a GAZETA DE NOTÍCIAS, juntamente com um envelope selado, para a remessa, pela nossa Gerência, ao interessado do bilhete que concorrerá ao sorteio.

NOSSOS PREMIO
São os seguintes os prêmios

CARTA PATENTE N. 197

O nosso concurso é feito em combinação com a Agência Júnior de Publicidade Limitada — fundada pela Carta Patente Federal número 197, de 17 de novembro de 1950.

O SORTEIO DE CUPÕES DA SÉRIE F
O sorteio correspondente à coleção de cupões da Série F será realizado pela Loteria Federal, extração do dia 24 de dezembro de 1952.

OS BILHETES CORRIDOS
Os portadores de 6 bilhetes corridos poderão trocar, na sede da GAZETA DE NOTÍCIAS, por 1 bilhete para o sorteio de Natal, a se verificar no dia 24 de dezembro de 1952.

GANHE DE GRAÇA PREMIO TODOS OS MESES

Locais para troca de cupões

Os nossos leitores poderão trocar nos pontos abaixo, os cupões do nosso CONCURSO, publicados na 1.ª página, pelos bilhetes numerados que concorrerão ao sorteio da Loteria Federal.

CENTRO
Redação da GAZETA DE NOTÍCIAS, a rua Teófilo Ottoni, n. 142; Sobrado: LIVRO TÉCNICO, a Avenida Rio Branco, n. 120, loja 16; Rua 1.ª de Março, esquina de Rosário, (Banco de Jornais); Rua Uruguiana, com Buenos Aires, (Banco de Jornais); Rua Uruguiana, esq. Rosário (Banco de Jornais); Rua Visconde do Rio Branco, com Lavradio, (Banco de Jornais); Praça Maua, com Acre (Banco de Jornais); Rua Visconde de Albuquerque, esquina com 1.ª de Março, (Banco de Jornais); ALICERCE S. N. S. DUMONT, (Banco de Jornais); Rua Riachuelo, com Frei Caneca, (Banco de Jornais); LARGO DO SAO FRANCISCO, com Ouvidor, (Banco de Jornais); Hotel Serador, (Banco de Jornais); Praça 11, com Marques de Sapucaia, Estação de Sa. com rua S. Carlos, (Banco de Jornais); André Cavalcanti, com Riachuelo, (Banco de Jornais); Machado Coelho, cor. Presidente Vargas, (Banco de Jornais); Rua México, em frente ao 1.º 126 (Banco de Jornais); Rua Larga, Camerino, (Banco de Jornais).

ZONA SUL
LARGO DA GLORIA, em frente ao n. 97 (Banco de Jornais); LARGO DO MACHADO, (Banco de Jornais); LOPATUCCO — Rua Marques de Abrantes, com Praia de Botafogo, (Banco de Jornais); Rua Dona Mariana, com Voluntários da Pátria, (Banco de Jornais); LARGO DOS LEOES, (Banco de Jornais); GAVIA — CASA BARRO, à rua Jardim Botânico, 748; CASA TEREZINHA, à rua Marques de S. Vicente, 2-A; LEBLON — IMPERIAL BAZAR, a Av. A. Augusto de Paiva, 1240-B; IPANEMA — GALERIA IPANEMA, a rua Visconde de Pirajá 608-B; COPACABANA — GALERIA OCEANICA, a rua Siqueira Campos 38-A.

ZONA NORTE
TIJUCA — Praça Saens Pena, em frente ao cinema América (Banco de Jornais); Rua Conde Bonfim, em frente ao n. 610, (Banco de Jornais); VILA ISABEL — P. DAHIA E CONFITEARIA S. ANTONIO, Avenida 34, de Setembro 417; GRAJAU — P. ARMACIA E PERFUMARIA, NOSSA SENHORA APARECIDA, a rua Barão de Mesquita, 986 (Praça Verdum); CATUMBI — PANIFICACAO E CONFITEARIA SALETE, a rua Catumbi, 24 (procurar Sr. João); RIO COMPRILLO — Praça Condessa Paulo de Frontin, com rua Estrela, (Banco de Jornais); PRAÇA DA BANDEIRA — em frente ao ponto de bondes, (Banco de Jornais); SAO CRIS. JOAO — Rua São Cristóvão, com Figueira de Melo, (Banco de Jornais); SAO FRANCISCO XAVIER — Rua 24 de maio, no lado da Estação (Banco de Jornais).

CENTRAL DO BRASIL
ESTACAO PEDRO II — no “Hall”, Banco de Jornais do Queiroz, no Subsolo; (Banco de Jornais do Ernesto); RIACHUELO — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); ENGENHO NOVO — Subsolo da Estação (Banco de Jornais); ALEIXO — Amaro Cavalcanti, com Dias da Cruz, (Banco de Jornais); ENGENHO DE DENTRO — Amaro Cavalcanti, com Adolfo Bergamini, (Banco de Jornais); PIEDADE — Rua Manuel Vitorino, 890, lado da Estação (Banco de Jornais); LASCADURA — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); MAGALHAES BASTOS — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); DEODORO — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); BANGU — Rua 12 de Fevereiro, lado da Estação (Banco de Jornais); CAMPO GRANLE — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); SANTA CRUZ — Plataforma da Estação (Banco de Jornais).

ZONA DA LEOPOLDINA
ESTACAO DE BARRIO DE MAUA (Banco de Jornais); BON-SUCESSO — Rua Cardoso ou, Morais, n.º. (Banco de Jornais); OLARIA — Rua Leopoldina, logo com Angelica, (Banco de Jornais); LARGO DAS CINCO BOCAS (Banco de Jornais do senhor Carlos); PENHA — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); PANIFICACAO E CONFITEARIA DOURO LTDA. a rua 1.000 Júnior, 1868-A.

LINHA AUXILIAR
DEL CASTILLO — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); ROCHA MIRANDA — Avenida Suburbana, no lado da Estação, (Banco de Jornais); MAXIA DA GRAÇA — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); COELHO DA ROCHA — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); AGOSTINHO PORTO — Plataforma da Estação (Banco de Jornais).

RIO DOURO
COELHO NETO — Farmic. César, a rua Aracatuba, n. 17, loja 14; PAVUNA — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); PAVUNA — Plataforma da Estação (Banco de Jornais);

ESTADO DO RIO
NITEROI — Estação da Cantareira (Banco de Jornais); NOVA IGUAÇU — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); CANIA — Na Estação (Banco de Jornais); SAO JOAO DE MERITI — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); SAO MATEUS — Plataforma da Estação (Banco de Jornais); ILHA DO GOVERNADOR — Praça da Ribeira (Banco de Jornais).

AVISO

A troca de cupões pelos bilhetes numerados que concorrerão ao sorteio da Loteria Federal, será feita nas Bancas de Jornais e outros pontos assinados acima, somente até o dia 20 do corrente (sábado). A partir deste dia, até as 11 horas de 24 de dezembro, a troca somente se realizará na redação da GAZETA DE NOTÍCIAS, no “Livro Técnico” 3 Av. Rio Branco, 120 loja 16, e na Exposição dos Prêmios do Concurso, localizado no “hall” da Estação da Central do Brasil.

Térça-feira, 16 de Dezembro de 1952
Página 5

GAZETA DE NOTÍCIAS

GAZETA DE NOTÍCIAS

R. TEÓFILO OTTONI 142 - RIO

Diretor-Substituto

JOSE BUSTAMANTE

Vice-Presidente

PAULO PARISI

Redator-Chefe

MANUEL CAETANO

Secretário

ABÍLIO DE CARVALHO

Subsecretário

CRISTÓVÃO MALHEIROS

Gerente

HUGO PODDA

Chefe de Publicidade

Ludovino Nolas Machado

Diretor

43.1216

43.3504

23-2718

43-8002

43.1841

43.3420

VIDA SOCIAL

ANIVERSÁRIOS — Bertha Klein — Transcorreu ontem a data natalícia da Senhorita Bertha Klein, estimada e graciosa figura de nossa sociedade.

A aniversariante, cujos invulgarmente dotes de graça e simpatia tem feito cada vez maior o número de seus amigos e admiradores, na festinha íntima que proporcionou em sua residência recebeu delicadas e numerosíssimas provas de carinho do seu amplo círculo de amizades.

FORMATURAS — Realizou-se, ontem, em São José dos Campos, a cerimônia de formatura de mais uma turma de engenheiros de Aeronáutica.

A solenidade foi presidida pelo ministro Nero Moura, que se fez acompanhar de diversas altas autoridades civis e militares. Durante a solenidade fizeram uso da palavra o magnífico reitor do Instituto Tecnológico, e o titular da Aeronáutica.

Em seguida foi procedida a entrega dos diplomas dos engenheiros jurados, após o que foi prestado o juramento. Em continuação das solenidades, usou da palavra o orador da turma, aspirante Djalma Ferreira de Melo. Encerrada a cerimônia, o ministro Nero Moura e demais autoridades presentes passaram a percorrer as diversas dependências do Centro Técnico de Aeronáutica, sendo-lhes prestado pelo coronel Guilherme Teles Ribeiro e pelo magnífico reitor, nessa ocasião, esclarecimentos so-

bre os departamentos visitados. — Terá lugar amanhã, às 17.30 horas, no Teatro Municipal, a festa de formatura dos alunos da Escola Técnica de Serviço Social.

A Missa votiva em ação de graças terá lugar às 9.30 horas na Irmandade de Santa Luzia (Igreja de Santa Luzia), onde será feita a imposição de insignias.

HOMENAGENS — Coronel Reis Perdigão — Em assembleia geral, realizada há pouco, a Sociedade Geográfica de Lisboa prestou significativa homenagem ao Brasil, elegendo, por unanimidade, para seu quadro de sócios efetivos, o antigo profissional de imprensa Reis Perdigão, conselheiro de nossa pátria na ilha da Madeira.

Reis Perdigão vem há longos anos fazendo um trabalho notável de aproximação cultural entre os dois grandes povos de fala portuguesa.



Concedida a gratificação adicional aos funcionários da União

Assinado pelo Presidente da República o decreto que regulamenta o benefício — 15 o/o ou 25 o/o dos vencimentos por 20 ou 25 anos de serviço —

As vantagens se estendem

O Presidente Vargas assinou decreto dispondo sobre a regulamentação da concessão da gratificação adicional por tempo de serviço para os funcionários civis da União, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei n.º 1711, de 28 de outubro de 1952.

O texto do novo dispositivo legal estabelece que a gratificação adicional é devida a partir do dia imediato àquele em que o funcionário completar 20 ou 25 anos de serviço público efetivo, na razão de 15% ou 25%

do respectivo vencimento; fixa as bases para cálculo do "quantum" cabível em cada caso, categorias de funcionários atingidos, discriminação quanto a serviço prestado à União, Estados, Distrito Federal, territórios e Municípios, Autarquias e Sociedades de Economia Mista. Estabelece a forma de contagem de tempo, que será feita em dias, e estende a funcionários aposentados a gratificação, condicionando em detalhes a forma de concessão.

"Ballet" na Escola Nacional de Música

O noivo de Joanidia quer organizar um corpo de baile naquele estabelecimento

Anda, realmente, irrelevante o noivo da diretora, ou melhor do ditadora da Escola Nacional de Música. Depois de ter encheido a casa da Rua da Lapa com as suas músicas, cujo conteúdo ultrapassa à casa da última mediocridade, sobrepondo-se às de nomes tutelares da nossa música, nos programas da infeliz Escola, Carlos Anes, o moço bonito daquela rua desce agora — passem leitores — organizar um corpo de baile, ali na Escola para enchê-lo ainda mais.

Não satisfeito com as proezas que vai realizando, à sombra da irresponsabilidade jactanciosa da «maestrina» marca compassos,

que se sobrepõe até a autoridade do ministro da Educação, a que está subordinado, o estabelecimento que dizem ser de ensino da música, o moço bonito quer ir muito além das fronteiras do currículo e pensa, seriamente, na criação de uma catadra de «ballet» e respectivo corpo de baile.

E' que o rapaz necessita de companheiros para a sua arte e não pode prescindir de um conjunto dessa natureza, com que pretende dotar a casa de D. Joanidia, aumentando a sua «glória», que já é tão grande... E quando lhe perguntam se a congregação do clube de música está de acordo, dá de ombros e declara que basta D. Joanidia querer para tudo se fazer.

Vejam só os leitores a que estado está reduzido o maior estabelecimento de música do país, dirigido por uma senhora apaixonada por um rapaz que gosta muito de «ballet»...

HORÓSCOPO

Professor KASBHAN

O QUE ACONTECERÁ

HOJE, DIA 16

As pessoas nascidas:

DE 21 DE JANEIRO A 20 DE FEVEREIRO

Mantenha seus pontos de vista. Fale sem receio.

DE 21 DE FEVEREIRO A 20 DE MARÇO

Favorável ao amor. Pode assumir compromissos.

DE 21 DE MARÇO A 20 DE ABRIL

Perigo de pequenos acidentes. Evite sair à noite.

DE 21 DE ABRIL A 20 DE MAIO

Não se deixe dominar por pensamentos sombrios. Cuide dos nervos.

DE 21 DE MAIO A 20 DE JUNHO

Faça viagens e assine documentos se for o caso.

DE 21 DE JUNHO A 20 DE JULHO

Você está sujeito a enganos. Pondere bem antes de tomar qualquer atitude séria.

DE 21 DE JULHO A 20 DE AGOSTO

Sorte em amor. Aproveite.

DE 21 DE AGOSTO A 20 DE SETEMBRO

Sua mente está confusa. Não decida nada. Espere um pouco.

DE 21 DE SETEMBRO A 20 DE OUTUBRO

Surpresas agradáveis. Confie no seu destino.

DE 21 DE OUTUBRO A 20 DE NOVEMBRO

Siga a rotina. O dia não lhe é favorável.

DE 21 DE NOVEMBRO A 20 DE DEZEMBRO

Confie no futuro. Sua situação irá mudar.

DE 21 DE DEZEMBRO A 20 DE JANEIRO

Ótimo para o amor. Seus desejos vão realizar-se.

DE 21 DE JANEIRO A 20 DE FEVEREIRO

Ótimo para o amor. Seus desejos vão realizar-se.

DE 21 DE FEVEREIRO A 20 DE MARÇO

Ótimo para o amor. Seus desejos vão realizar-se.

DE 21 DE MARÇO A 20 DE ABRIL

Ótimo para o amor. Seus desejos vão realizar-se.

DE 21 DE ABRIL A 20 DE MAIO

Ótimo para o amor. Seus desejos vão realizar-se.

DE 21 DE MAIO A 20 DE JUNHO

Ótimo para o amor. Seus desejos vão realizar-se.

CINEMA

E' NO REGISTRO CIVIL QUE COMEÇA O DRAMA DE "OS QUE NÃO DEVEM NASCER"

E' no registro civil que começa o drama de "Os Que Não Devem Nascer", disse um estudioso de sociologia. E' ali que o pequeno ser humano começa a receber o tratamento desumano que o acompanhará pela vida em fora. O oficial perguntará nome do pai... um silêncio como resposta... Então ele escreve de pai desconhecido. Daí em diante o ser esta selado com um estigma... Esse o espírito do romance do filme "Os Que Não Devem Nascer" realizado sob inspiração do livro de Martin Anderson Nex, sob a direção de Blom Henning Jensen, com Tove Maes e Dhe Rode. "Os Que Não Devem Nascer" um filme Nordisk apresentado pela Rio Mar entrará em cartaz na segunda-feira, dia 22, nos cinemas Presidente, Rex, São Pedro, Real, Cachambi e Esperanto de Petrópolis.

Noticiário

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES NÃO TEM A CONCORRÊNCIA DO TEMPO...

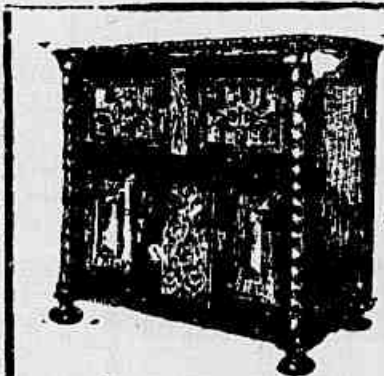
«Branca de Neve e os Sete Anões», a fascinante criação, em technicolor, de Wally Disney, que agora volta ao cartaz, numa nova apresentação pela RKO, não tem a concorrência do tempo. Todos estão lembrados que, quando este grandioso espetáculo foi estreado no «Manhattan» de Nova York, tal foi a afluência do público, que houve um «corre-corre» medonho, sendo necessário pedir o auxílio da polícia para conter o povo que formava quatro imensas filas, tomando todo o quarteirão onde se encontra o cinema. Outro fato interessante foi o da reclamação das comerciantes que pediam providências ao cinema, pois as «filas» impediam totalmente a entrada das freguesas em suas casas comerciais. E' verdadeiramente espetacular o sucesso que «Branca de Neve e os Sete Anões» vem obtendo, no mundo todo, desde sua primeira exibição a data presente. E o mais curioso é que os mesmos casos se repetem... Também aqui no Brasil «Branca de Neve» tem colhido os mais singu-

ficativos êxitos, não levando em conta a concorrência do tempo. E, cremos, conquistará novo sucesso quando de sua exibição, se gauda-feira no circuito do Plaza.

UM CRIME PASSIONAL — CINCO VIDAS EM UM SEU

A parte de sua esquisitice e de um certo onde figuram astros de renome, este novo lançamento de E. J. Arthur Rank distribuído pela Universal International, que será exibido a partir de segunda-feira nos cinemas: Palácio — Rian — Leblon — America e Vaz Lobo, vem nos apresentar uma só estória em cinco vidas diferentes. Não é que suas atuações sejam diferentes ou que ela se valha de disfarces. São apenas a mesma pessoa, a mesma mulher, a mesma vida, a mesma história, a mesma direção e um brilhante desfecho de J. M. Kent, e não temos dúvidas em lhe prognosticar uma consagração sem precedentes.

«Mulher» Paladas reúne Jean Kent e Dirk Bogarde, secundados brilhantemente por Susan Shaw, John McCallum, Herminione Baddeley e Charles Victor.



CAIXAS PARA RÁDIO-VITROLAS E TOCA-DISCOS
Rústica o Cr\$ 1.200.00
Colonial o Cr\$ 1.500.00
FAZEMOS DE ENCOMENDAS PARA TELEVISÃO E TODOS OS ESTILOS
RADIO TRUCCO
RUA VISCONDE RIO BRANCO 35-1.º — Telas: 22-9435 e 32-3101

Tintas Finas Comércio Indústria Ltda.
Exatidão — Oito — Vernizes — Ferramentas para pintores e todos os artigos para pintura. Não compre sem consultar a
CASA DAS TINTAS FINAS
RUA BUENOS AIRES, 77 — FONES 52-7113 e 52-8553

PERIÓDICO DE SAÚDE
TESTE INSTITUTO HELCO DO DR. JOAQUIM SANTOS
SÍFILIS — DORES — REUMATISMOS
ARTRITISMO, MICOSES, ARDIDA, DÓIDAS E URINAS FÉTIDAS
Consultas de 9 às 12 e 14 às 18 horas — Telefone 52-4861
RUA DO CARMO, 8-7.º ANDAR — TEL. 52-4861 — RAIO X

Ouvindo as Artistas do Teatro

A «Estrêla Cômica» Dercy Gonçalves — Sua vida e sua iniciação dramática — De cantora mística de uma Igreja à fama de vedeta e atriz — Impressionantes episódios no tablado — Se fosse milionária

Não é fácil entrevistar a vedeta e atriz fluminense Dercy Gonçalves. Muito conscienciosa, interessada no aprimoramento de seus artistas, preocupando-se com tudo o que se relaciona com o desempenho, no Carlos Gomes, de A Túnica de Venus, fantasia dramática de Luiz Peixoto e Chianca de Garcia, músicas de Jaime Mendes, quase não dispõe de tempo nem para suas refeições. Assim a encontramos, na tarde de ontem, ainda caracterizada de Aspasia em seu canarim, após a vespéral da referida peça, extraída de Terêncio e Plauto.

A diámana, engravada e popular atriz é de uma simplicidade encantadora, e pretende, em breve, publicar suas Memórias.

No instante em que lhe fizemos a primeira pergunta sobre a autenticidade de seu nome, ela respondeu:

— Muita gente ainda ignora meu verdadeiro nome: Dolores Costa Eartós, pois Dercy Gonçalves é apenas meu pseudônimo teatral. Nasci, a 23 de junho de 1909, na cidade de Santa Maria Madalena, no Estado do Rio. Meus pais são: Manuel Gonçalves Costa, português, e Margarida Silva Costa, brasileira.

— Onde estudou?

— Lá mesmo. Só fiz o curso primário, porque não havia outro.

— Quando revelou sua vocação para o teatro?

— Aos dezesseis anos. Eu nunca havia representado no Colégio. Principiei na qualidade de cantora de coro, na Igreja de Santa Maria Madalena, padroeira da minha terra natal. Continuei a cantar, até que fiquei noiva. Desbancharam-me, porém, o noivado com um estudante de engenharia. Não lhe recordo o nome, para não lhe dar nenhum cortejo. Foi ele quem motivou o desenhado, e não eu.

— Como ingressou no Teatro profissional?

— Apareceu em minha provincia um pequeno conjunto dirigido por Maria Castro. Eu me aproximei dela; inveiei-lhe os artistas; manifestei-lhe o desejo de entrar para a sua companhia. A famosa Castro, cujo nome lembrava o da primeira trégua, quarentista portuguesa, de Antonio Pereira, em vez de me seduzir para sua troupe, deu-me severos conselhos, a fim de me poupar futuros desastros. Eu insisti, e fui cantora num ato de variedade, e, em seguida, encarnei vários papéis, na revista — Onde crêta o Sabão...

— Teve, então algum idílio?

— Nada de homem; o negócio era somente de Arte. Viajei em outros conjuntos. Estive em São Paulo, no Teatro Boavista, na Companhia Dolores Caminha.

No Rio, estreei na Casa de Ca-

loco, de Duque, nos escombros do São José, nessa mesma Praça Tiradentes, onde hoje funciona com uma Companhia de grande responsabilidade. Ali alcancei as simpatias dos cariocas, na revista Alma de Caboclo, ao lado de bons humoristas, cantores, intérpretes como Juvenal, Calheiros, Cajati, Vitória Régia, Jussara, Jaraeca e Ratinho. Eu trabalhava em cinco sessões diárias; por isso acabei, fiquei «frita», e passei meses no campo para restaurar a saúde. Como precisava de dinheiro exibi-me no Apolo, à rua Pedro I. Era contada, um teatro sem dinheiro. Formamos uma sociedade, em recebi quatro mil réis diários; um dia me tocaram, unicamente, no teatro, quatrocentos réis, não só a mim, porém a outros: Matinhos, Pedro Dias, Vilasão, Margal, Flora Matos... Andei pensando até que me segurei num galho: Danilo Bastos, jornalista e estudante de Direito, com quem me casei, e somos bastante felizes. Isso aconteceu, na época em que eu divertia o público, em minha primeira temporada no Recreio, na revista — Barca da Cantareira. Atriquei lá e cá...

Acrescentou, sorrindo, sem intuito de graça:

— Depois de casada, formei

Companhia, e realizei memorável e vitoriosa excursão por São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Belém do Pará, revelando, também, artistas de valor. Trabalhei na Companhia Permanente do Teatro Maria Vitória, de Lisboa, na revista — Bola a Bola; e, como turista, percorri a Argentina, Venezuela, Espanha, Itália e França. Este ano, apresentei, de junho a setembro, no Regina, minha Companhia, uma renovação do gênero musical, com A Túnica de Venus e Paris de 1900, repetindo o sucesso em São Paulo, no Santana, havendo merecido o maior estímulo da plateia carioca e bandeirante.

— Conte-nos um episódio impressionante de sua carreira artística.

— Campinas, eu estava em cena, quando enfiu um pesado ferro de gambiarra, que me quebrou a cabeça, na hora em que eu mais necessitava ganhar dinheiro. O sangue pulava... Botei pó de arroz na ferida, e levei doze pontos na cabeça, e não perdi a calma, nem o bom humor. Aqui, no Carlos Gomes, há pouco, eu quebrei um dedo, e só pude chorar depois do segundo ato, porque não tinha tempo nem para sofrer...

— Gosta de ler?

— De tudo um pouco. E' melhor assim...

— Se fosse milionária, que faria?

— Continuar no Teatro dando mais novidade a meus espetáculos, e incentivando os bons artistas, antigos e novos; e daria tudo o que minha filha Decimar, aluna de Curso Científico, de meu primeiro matrimônio, desejasse.

O empresário e teatrólogo portenho Leon Alberti ofereceu, certa vez, por nosso intermédio, uma carta, um último contrato e passagens de avião a Dercy, a «Estrêla Cômica», e ela desistiu de tudo por amor ao Brasil.

A. C.

Loteria Federal do Brasil

Será extraída quarta-feira, dia 24, às duas horas da tarde, á Rua Senador Dantas n. 84 a LOTERIA DE NATAL, com sua emissão completamente vendida

★ LOTERIA FEDERAL do BRASIL ★

Quarta-feira 31 de DEZEMBRO

1.º PREMIO DE CR\$ 5 MILHÕES
2.º Premio de Cr\$ 4 Milhões
3.º Premio de Cr\$ 3 Milhões
4.º Premio de Cr\$ 2 Milhões
5.º Premio de Cr\$ 1 Milhão

Total dos prêmios

33 MILHOES, 600 MIL CRUZEIROS

LOTERIA FEDERAL 2 AMANHÃ MILHÕES
SABADO CR\$ 2.000.000.000

GRAVATAS
Compre na casa que só vende gravatas
LIMATORES
33 -- Andradas -- 33

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
LIVREIROS E EDITORES
RUA DO OUVIDOR, 184 — Rio
FUNDADA EM 1854

Orf-Léne
TINGE MELHOR

EDITAIS

Processo número 2.724 — Ordinária.

JUIZO DE DIREITO DA DECIMA QUINTA VARA CIVEL DO DISTRITO FEDERAL — EDITAL COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, PARA CITAÇÃO DE DELMIRA DE OLIVEIRA SEIXAS, JOSE MARIA, CRISPINIANO ALVES CRUZ E PEDRO ALVES DA SILVA, NA FORMA ABAIXO: — O DOUTOR TIAGO RIBEIRO PONTES, JUIZ DE DIREITO DA DECIMA QUINTA VARA CIVEL DO DISTRITO FEDERAL, CAPITAL DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. — FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente DELMIRA DE OLIVEIRA SEIXAS, JOSE MARIA, CRISPINIANO ALVES CRUZ e PEDRO ALVES DA SILVA, todos em lugar incerto e não sabido, que por parte do MINISTRO DJALMA PINTO RIBEIRO DE LESSA, lhe foi dirigida as petições do teor seguinte: — PETIÇÃO DE FOLHAS DOIS: — «Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível — O Ministro DJALMA PINTO RIBEIRO DE LESSA, brasileiro, diplomata, residente nesta Capital, por seu advogado infra-assinado, vem expor e requerer a V. Excia. o seguinte: 1) — O Suplicante é proprietário do imóvel da rua das Inválidas número 190 de muito antiga construção e que se acha alugado a diversas pessoas. O estado precário daquele e o fato de ter o mesmo muitos moradores levaram-no, para resguardo de qualquer responsabilidade, a requerer uma vistoria, a qual foi realizada pelos engenheiros da Prefeitura e, em consequência, recebeu o ora suplicante intimação para o demolir, de vez que as obras necessárias para a boa conservação do prédio seriam obras de muito custo, e não são permitidas, de acordo com o artigo 344 e seus parágrafos do Decreto n.º 6.000 (documentos 1 e 2). 2) — Como referido, acha-se o imóvel alugado a diversas pessoas, locatários: — JOSÉ TEIXEIRA STRELA DOMINGUES DE SOUZA, DELMIRA DE OLIVEIRA SEIXAS, JOSE MARIA, CRISPINIANO ALVES CRUZ, PEDRO ALVES DA SILVA, ANTONIO TAVARES, JESUINA

ALVES DA FONSECA, ROSALINA LEO, GERALDO RIBEIRO, ANTONIO DO NASCIMENTO e MANOEL MOREIRA, cuja qualificação é desconhecida do Suplicante, não sabendo ele, outrossim, se existem sublocatários. 3) — O prazo que lhe foi concedido para o cumprimento da intimação esgotou-se; o suplicante requereu prorrogação do mesmo à Prefeitura, mas o prédio continua habitado, dada a notória falta de moradias nesta Capital. E de acrescentar que os locatários de há muito, que não lhe pagam o aluguel; a última vez que recebeu a renda, e isso mesmo só de alguns dias, foi a do mês de janeiro deste ano. São, assim, todos passíveis de despejo por falta de pagamento, nos termos do artigo 15, n.º 1, do Código de 1950. 4) Tem, pois, o suplicante de cumprir a intimação recebida para a demolição do prédio e nesse sentido já que a lei n.º 1.309, que rege o inquilinato, nada dispõe para cascos como este, consoante a lição do ilustre Desembargador Espinola Filho (em sua obra «A locação residencial e comercial em face da lei n.º 1.309, Rio, 1951, página 101), vem propor contra os locatários, na forma do artigo 251 do C. P. C., uma ação ordinária, em virtude da qual serão condenados a desocupar o imóvel, marcado por V. Excia., prazo para esse fim em consonância com a intimação da autoridade municipal, sob pena de ser feita a desocupação pelas vias de direito, como consecutório da respeitável decisão que a decretar. Nestas condições, requer o suplicante se digno V. Excia. de ordenar a citação dos suplicados acima referidos e dos sublocatários, se houver, por ciência de que deverão desocupar o imóvel para ser ele demolido, desde já, e, em consequência, receber o ora suplicante intimação para o demolir, de vez que as obras necessárias para a boa conservação do prédio seriam obras de muito custo, e não são permitidas, de acordo com o artigo 344 e seus parágrafos do Decreto n.º 6.000 (documentos 1 e 2). 2) — Como referido, acha-se o imóvel alugado a diversas pessoas, locatários: — JOSÉ TEIXEIRA STRELA DOMINGUES DE SOUZA, DELMIRA DE OLIVEIRA SEIXAS, JOSE MARIA, CRISPINIANO ALVES CRUZ, PEDRO ALVES DA SILVA, ANTONIO TAVARES, JESUINA

de Cr\$ 16.410,00 (documento n.º 3), para os efeitos da Taxa Judiciária, com protesto pelo depósito pessoal dos suplicados, pena de confissão, e por todas as provas que a eventual contestação tornar necessárias, D. e A., esta com os três documentos referidos, devidamente rubricados, e uma procuração. P. deferimento. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952. P. Américo Tavares de Azevedo. Advogado — inscrição 1.415. — DISTRIBUIÇÃO: — Correção da Justiça. Ao 2.º Ofício de Distribuição. D. à 15.ª Vara Cível. Em 2/10/52. (assinatura ilegível). — DESPACHO: — A. Citem-se. 8/10/52. RIBEIRO PONTES, PETIÇÃO DE FOLHAS DEZESSEIS: — «Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 15.ª Vara Cível. — O Ministro DJALMA PINTO RIBEIRO DE LESSA, nos autos da ação ordinária que move a JOSE TEIXEIRA e outros, vem por seu advogado dizer a V. Excia. que, tendo sido pelo Sr. Oficial de Justiça certificado às folhas 15v., ser desconhecido o paradeiro dos suplicados DELMIRA DE OLIVEIRA SEIXAS, JOSE MARIA, CRISPINIANO ALVES CRUZ e PEDRO ALVES DA SILVA, e esta para requerer a sua citação por edital, esperando seja por V. Excia. determinado o prazo de 20 dias, mínimo do artigo 178, n.º IV. Nestes termos, J. está aos autos. P. deferimento. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1952. P. Américo Tavares de Azevedo — advogado inscrição n.º 1.415. — DESPACHO: — N. A. 28/11/52. — RIBEIRO PONTES. — DESPACHO DE FOLHAS DEZESSETE. — Publique-se edital com o prazo de trinta (30) dias, 2/12/52. RIBEIRO PONTES. — EM VIRTUDE DO QUE, foram expedidos editais de iguais teores que serão, respectivamente, fixados no lugar de costume e publicados na imprensa, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos nove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois. Eu, HELIO THOMPSON DA CUNHA, Escrivão Substituto em exercício do datilógrafo e subscervo. (assinado) TIAGO RIBEIRO PONTES. — Está conforme o original. — O Escrivão Substituto, Helio Thompson da Cunha.

te, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, na forma abaixo: O Dr. Francisco de Oliveira e Silva, Juiz de Direito da 4.ª Vara Cível do Distrito Federal, etc. — Faz saber que por parte de Rubem de Ranieri, lhe foi dirigida a seguinte petição inicial: — Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível — Rubem de Ranieri, natural da Itália, casado, proprietário e residente na rua General Bruce 946, vem, pela presente, propor uma Ação de Despejo, contra DOMENICO CRESCENTE, italiano, solteiro, do comércio, e atualmente encontrado em lugar incerto e não sabido, tudo em virtude dos fatos e razões de direito que passa a expor: 1.ª) — O Autor deu em locação ao Réu o prédio residencial, de sua propriedade, situado na rua São Januário 216, casa VI, nesta cidade, mediante simples contrato verbal, a prazo indeterminado e pelo aluguel mensal de Cr\$ 450,00; 2.ª) — Sucedeu que o Réu está em débito no pagamento dos alugueres desde o mês de maio do ano de 1950, inclusive, cuja soma total atinge a Cr\$ 13.500,00; 3.ª) — Em face do exposto, o autor espera e confia que V. Excia. haja por bem de julgar procedente a presente ação, com fundamento no inciso I, do artigo 15, da Lei número 1.309 de 28 de dezembro de 1950, para o fim de decretar o despejo do Réu, fixado em 5 dias o prazo de desocupação, atendido o motivo da rescisão (§ 3.º do artigo 15 citado) condenando o Réu nas custas e honorários advocatícios: 4.ª) — O Réu, desde princípios de 1950, segundo o Autor veio a saber, abandonou o prédio que lhe foi locado e, ilegal e fraudulentamente, fez da respectiva locação, cessão e transferência em favor de terceiros, quando então, viajando para a Itália, tomou paradeiro incerto e não sabido, até hoje não descoberto. Por isso, o Autor presta, ainda pela presente, a afirmação da ausência do Réu, para os efeitos do inciso I, do artigo 177 do C. P. C., requerendo a V. Excia. se digno de ordenar a expedição dos competentes editais de citação, fixado o prazo de 20 dias na forma do inciso IV do artigo 177 citado; 5.ª) — Embora o Réu fosse vedado ceder a locação em causa, o certo é que ele, abusivamente, transferiu-a a terceiros, passando a ocupar o prédio locado, segundo o Autor pôde apurar, os intrusos Edmundo José Soares e sua mulher, Maria Clara Soares; Maria da Glória Alves e Alair Sotero Vilela. Por efeito dessa cessão ilegal e

PENSE E RESOLVA

TM APARELHO DE CAFE'

Para esta semana, os prêmios são os seguintes:

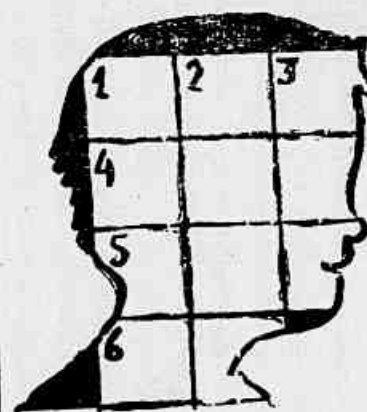
- 1.º PRÊMIO — Um lindo aparelho de café, com 7 peças;
- 2.º PRÊMIO — Uma surpresa para menina;
- 3.º PRÊMIO — Um brinquedo para menino;
- 4.º PRÊMIO — Um brinquedo para menino;
- 5.º PRÊMIO — Uma dúzia de copos para água.

BASES DO CONCURSO

As bases do nosso torneio são simples e basta o leitor decifrar quatro problemas de domingo a quinta-feira e enviá-los até sábado às 16 horas, para a Seção "Pense e Resolva", GAZETA DE NOTÍCIAS.

As cartas enviadas pelo Correio e que cheguem atrasadas entrarão no sorteio seguinte.

LUIZ ARMANDO



HORIZONTAIS

- 1 — Número
- 4 — Nome de homem
- 5 — Parenta
- 6 — Artigo feminino (pl)

VERTICAIS

- 1 — Floresta
- 2 — Nome de mulher
- 3 — Estudava

fraudulentamente, o Autor já está litigando com o Réu, perante a 5.ª Vara Cível, em ação de despejo em curso. Negando expressamente condição de ocupação legítima para esses intrusos, o Autor requer, todavia, a V. Excia., se digno de ordenar que, por mandado sejam eles identificados da presente ação de despejo (caso é óbvio, ocupam realmente o prédio locado) bem como quaisquer outros ocupantes que, porventura, ali sejam encontrados atenta a liberal interpretação do disposto no § 4.º do artigo 15 citado, 6.ª) — O Autor provará o alegado nesta inicial com o depoimento pessoal do Réu, pena de confissão, inquirição de testemunha, juntada de documento e prova contrária. Nestes termos expedido o edital e o mandado, dando-se à presente o valor de Cr\$ 14.000,00 para a taxa Judiciária e prosseguindo-se nos posteriores termos da Lei. P. deferimento — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952 — as) — João Dushnee de Abranches. — Despacho [A. Citem-se, Rio 10-11-52 — as) Oliveira e Silva — Petição (Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 4.ª Vara Cível — Rubem de Ranieri, nos autos da ação de despejo que propôs, neste Juízo, contra DOMENICO CRESCENTE, tendo em vista que o Oficial de Justiça certificou que o Réu está em lugar incerto e não sabido (folhas), vem, pela presente, requerer a V. Excia. se digno de ordenar a expedição dos editais de citação, com o prazo de 20 dias, considerando que se trata de ação de despejo por falta de pagamento de alugueres durante o prazo de quase 3 anos. Nestes termos, P. deferimento — Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1952 — as) — João Dushnee de Abranches. — Despacho: J. Expeça-se editais com o prazo de 20 dias. Rio, 5-12-52 — as) — Oliveira e Silva — Assim na forma do requerido e deferido por este Juízo, se passou o presente edital de citação com o prazo de 20 dias ao suplicado DOMENICO CRESCENTE, findo os quais, fica o mesmo citado, para no prazo de 5 dias, vir purgar a mora ou contestar a ação de Despejo que lhe é proposta pelo autor Rubem de Ranieri, sob pena de revelia, ciente de que este Juízo funciona à rua D. Manoel 29-5.º andar. Para conhecimento geral se passou o presente que será publicado pela imprensa na forma da lei. Rio de Janeiro, dado e passado aos 10 dias de dezembro de 1952. Eu, Wilson da Costa Torres, escrevente auxiliar, datilógrafo. E eu, Manoel Antonio Gonçalves, Escrivão, subscervo. — as) — Francisco de Oliveira e Silva — Juiz de Direito — Está conforme — O Substituto — José Chaves.

JUIZO DE DIREITO DA SEXTA VARA DE FAMILIA

Edital com o prazo de 30 dias, de citação de Octavio Ferreira Pacheco, na forma abaixo:

O Dr. Luiz Silveira da Rocha Lagôa, Juiz de Direito da 6.ª Vara de Família do Distrito Federal, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, etc.

sente ação ordinária de desquite contra seu marido Octavio Ferreira Pacheco, brasileiro, de residência ou paradeiro ignorado, pelo que passa a expor para em seguida requerer: 1) — que o casal, logo após o enlace que se realizou no dia 20 de outubro de 1910, sob o regime de comunhão de bens, consoante prova o incluso documento, passou a residir nesta Capital; 2) — acontere que, decorridos apenas 6 anos de vida conjugal, isto é, quando estavam no ano de 1916 o suplicado inesperadamente e sem qualquer motivo que justificasse a sua atitude, afastou-se do lar, abandonando-a, deixando a suplicante, inclusive, na completa ignorância do destino que tomara; 3) — que daí para cá, quando já passaram 36 anos, continuou a suplicante abandonada sem conhecer o lugar onde se encontra o suplicado; 4) — que, o casal tem um filho de maior idade; 5) — o casal não possui bens de espécie alguma. Nessas condições, na forma do art. 177 do Código de Proc. Civil, afirmada a alegada ausência do réu cónjuge culpado e condenado nas custas e demais cominações de direito. Dá-se a causa o valor de Cr\$ 20.000,00, protestando por depoimento pessoal, produção de testemunhas e mais permitido. Termos em que, P. deferimento. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1952 — a) Paulo de Barros advogado, ins. 5.548. — Distribuição: «Corregedoria da Justiça, ao 3.º Ofício de Distribuição, D. à 6.ª. Vara de Família. Em 1 de 12 de 1952 — (assinatura ilegível). — Despacho de fis. 5 — Feita a afirmação de ausência, expõem-se editais com o prazo de 30 dias, designado o dia 5 de janeiro p. futuro, às 14 horas, para a audiência de conciliação e transação de que trata a lei 968, de 1949. Rio, 3 de dezembro da 1952 — a) Rocha Lagôa. — Em virtude do que expediu-se o presente edital, pelo qual fica, de Octavio Ferreira Pacheco, brasileiro, de residência ou paradeiro ignorado, a comparecer neste Juízo, sito à avenida Franklin Roosevelt, 146, 7.º andar sala 702, no dia 5 de janeiro de 1953, às 14 horas, a fim de ser ouvido sobre a possibilidade de conciliação, acordo ou transação nos termos da lei n.º 968, de 1949. Caso não compareça à mencionada audiência, fica o mesmo Octavio Ferreira Pacheco citado para, no prazo de 10 dias, contados da data do decurso do presente edital, contestar, querendo, sob pena de revelia, a ação ordinária de desquite que lhe promove sua esposa, COENA HEMETÉRIO, tudo de conformidade com as peças neste transcritas. E, para que chegue ao conhecimento de todos e, mais especialmente de Octavio Ferreira Pacheco mandei passar este e outros de igual teor, que serão afixados e publicados na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 9 dias do mês de dezembro do ano de 1952. Eu, João Francisco de Carvalho Tocantins, Escrivão Interino, datilógrafo e subscervo — a) Luiz Silveira da Rocha Lagôa. — Confere com o original — Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1952. O Escrivão Interino — a) João Francisco de Carvalho Tocantins.

Companhia Proprietária Brasileira S. A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PROPRIETÁRIA BRASILEIRA, S. A., tendo no desempenho de suas funções examinado os documentos relativos às operações realizadas no exercício encerrado a 31 de dezembro de 1951, bem como, o balanço e a demonstração da conta de lucros e perdas, e tendo verificado a sua boa ordem e exatidão, são de parecer que eles devem ser aprovados, assim como, todos os atos praticados pela Diretoria, durante o referido exercício.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1952.

Luiz Afonso Cordeiro Rodrigues — Armando Conceição Revellain Moreira — Francisco Barbiéri

Companhia Proprietária Brasileira S. A.

Demonstração da Conta «Lucros e Perdas» em 31 de Dezembro de 1951

DEBITO		CREDITO	
DESPESAS GERAIS	1.809.986,90	SALDO ANTERIOR	182.623,00
COMISSÕES SOBRE VENDAS	1.433.677,60	LUCROS APURADOS	3.944.819,80
JUROS PAGOS		ARRENDAMENTOS	47.682,00
Empréstimos Hipotecários	47.213,60	CONTAS A PAGAR CANCELADAS	5.107,30
Bancários	2.414,30	RENDAS EVENTUAIS	5.584,10
Diversos	28.471,20	JUROS RECEBIDOS	
		Prestamistas	454.785,90
DESPESAS SOBRE TERRENOS		S/ Títulos	1.253,70
DESPESAS DE VENDAS			456.039,60
Vila Heliópolis	287.250,00		
Vila Leopoldina	1.750,00		
Diversas	1.642,00		
	290.642,00		
ACESSÓRIOS PARA TRATORES	21.364,80		
ACESSÓRIOS DE VEICULOS	26.383,50		
ACESSÓRIOS PARA VEICULOS	26.383,50		
DESPESAS ADMINISTRAÇÃO HELIO-POLIS	113.864,40		
CONSERVOS DE TRATORES	3.498,00		
CONSERVOS DE VEICULOS	24.307,50		
IMPOSTO NÃO RECUPERÁVEIS	25.032,00		
PERDAS SOBRE AÇÕES E TÍTULOS	8.826,00		
MULTAS			
DEPRECIACÕES			
Tratores	50.300,00		
Veículos	9.021,00		
Maquinismos	1.275,00		
Máquinas e material de const. blocos	80.000,00		
Móveis e Utensílios	2.500,00		
Instrumentos	50,00		
	143.146,00		
FUNDO DE DEPRECIACAO — Séde Social	26.000,00		
RESERVA P/ DIVIDAS DUVIDOSAS 5 %s/ Cr\$ 5.713.340,00; valor das dividas ativas a curto prazo n/data	285.667,00		
Menos: Saldo d/conta em 31-12-1950	20.829,70		
	264.737,30		
BALANÇO			
Saldo credor n/data	248.986,00		
	4.641.856,40		4.641.856,40

6717 -- 7897

Panchito sagrou-se de ponta a ponta no "Frederico Lundgren"

Lyonora, Ave Alfa, Açude, Mengo, Gasconha, Honey Girl, Alvajada, Fraulein, Cumberland, Fausto e Não Sei, os de mais vitoriosos

AS CIFRAS DECEPCIONARAM NO JOCKEY

Escreve: JURACY ARAUJO



Muito fraca a reunião de ontem na Gávea. A prova principal intitulada "Frederico Lundgren" teve como vencedor de ponta a ponta, o representante da condaria Seabra, Panchito, que foi escutado por Homero. Ainda conseguiu o Stud Seabra duas outras vitórias assinaladas com Cumberland e Fraulein. A vitória de Cumberland deixou dúvidas, uma vez que não foi decidida como devia ser pelo olho mecânico. Quatro animais chegaram num mesmo plano e muito juntos, tendo o juiz de chegada apregoados

Deliberações da Comissão de Corridas

Na sessão realizada pelos Comissários de Corridas, no dia 15 de dezembro de 1952, deliberou o seguinte:

- chamar a atenção dos tratadores dos animais Helena, Alvajada, Luetzow, Ecelero, Blue Dream, Frontal e Tirolés, sobre a indocilidade destes animais, sendo os quatro últimos pela derradeira vez;
- a vista do parecer do starter, permitir novamente a inscrição do animal Rochester e proibir a do cavalo Desemaisado;
- confirmar a suspensão de duas (2) corridas, proposta pelo starter e imposta ao aprendiz Manoel Henrique (Afra), por infração do § 6º do artigo 151 do Código (não ter obedecido ao primeiro sinal de partida);
- registrar a rescisão do contrato feita entre o Stud Rocha Faria e o joquei Luiz Rigoni;
- suspender por duas (2) corridas os joqueis Juan Marchant (Quiron e Cumberland), Emigdio Castillo (Ave Alfa e Açude) e José Portillo (Himeto) e por uma (1) o aprendiz Paulo Tavares (tiro 155 do Código (prejudicar os competidores);
- (Neva), todos por infração do artigo 155 do Código (desvio de linha);
- multar em Cr\$ 2.000,00 o joquei José Portillo (El Negrito e Relama); em Cr\$ 1.000,00 o joquei Dario Moreira (Coronet); em Cr\$ 800,00 o joquei Juan Marchant (Luetua); em Cr\$ 700,00 o aprendiz Paulo Tavares (Moratin); em Cr\$ 500,00 o joquei Luiz Diaz (Honeymoon) e em Cr\$ 200,00 o joquei Alberto Dornelles (Caoré), todos por infração do artigo 155 do Código (desvio de linha);
- suspender até o dia 20 do corrente, inclusive, os aprendizes disciplina);
- Luiz Vieira da Cruz, Manoel Henrique e Iedo Amaral, de acordo com o artigo 67 do Código (indisciplina);
- multar em Cr\$ 500,00 o aprendiz Jorge Martins (Moreninha), por infração da letra "d" do artigo 63 do Código;
- multar em Cr\$ 400,00 o joquei Ubrajara Cunha (Alvajada) por infração do § 2º do artigo 140 do Código (tirar os pés dos estribos durante a apresentação);
- multar em Cr\$ 500,00 o joquei Emigdio Castillo (Goldena); em Cr\$ 400,00 o joquei Antonio Portillo (Criado) e em Cr\$ 100,00 o aprendiz Jorge Ramos (Algeria), por infração do artigo 145 do Código (perda de bonet);
- multar em Cr\$ 200,00 o joquei Benedito Ribeiro por ter chegado atrasado ao exame médico;
- chamar a Secretaria, quinta-feira próxima, às 15 horas, o tratador Manoel da Souza;
- determinar que o recebimento dos compromissos de mon-

Cumberland, por meia cabeça sobre Ombú. E para justificar o nosso comentário levamos em consideração o anunciado terceiro posto para Elati e modificado logo após para Accordeon, depois de ser consultado o olho mecânico. Como se vê houve engano de oitica. As demais carreiras foram vencidas pelos animais Lyonora, Ave Alfa, Açude, Mengo, Gasconha, Honey Girl, Alvajada, Fraulein, Cumberland, Fausto e Não Sei.

GAZETA JURÍDICA

EDITAIS

JUIZO DE DIREITO DA DECIMA VARA CIVEL

Edital de citação, com o prazo de 30 dias, a Sydney Caldas Nogueira, na forma abaixo:

O Doutor Manoel Antonio de Castro Cerqueira, Juiz Substituto em exercício no Juízo de Direito da Décima Vara Cível do Distrito Federal, República dos Estados Unidos do Brasil, FAZ SABER aos que o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo cita-se Sydney Caldas Nogueira, para no prazo da lei apresentar defesa na presente ação ordinária, nos termos da petição adiante transcrita, cientificando de que este Juízo funciona à rua D. Manoel n. 29, 5.º andar.

— Petição de fls. 2; Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível. A Companhia Propac (Comércio e Representações), com sede social na avenida Rio Branco n. 85, 14.º andar, por seu advogado abaixo assinado, vem propor uma ação ordinária, para rescisão de contrato de compra e venda, com reserva de domínio, contra Sydney Caldas Nogueira, pelos motivos que a seguir passa a expor: 1) — A suple, em 15 de junho de 1951, vendeu ao Supdo., Sydney Caldas Nogueira, brasileiro, estado civil ignorado, residindo naquele tempo à Avenida N. S. de Copacabana n. 583, 12.º andar, e atualmente em lugar ignorado, por contrato de compra e venda, com reserva de domínio, firmado por ambos os contratantes, uma camionete comercial, nova, marca Dodge, ano 1951 tipo "Kingsway", modelo "Comercial Utility", motor n. DP 23-118.741, série 18.138.969, com todos os pertences e acessórios, pelo preço de Cr\$ 146.421,00 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e vinte e um cruzeiros), do qual a Suple. recebeu à vista Cr\$ 48.330,00 (quarenta e oito mil trezentos e trinta cruzeiros), obrigando-se o Supdo. a pagar o restante, no montante de Cr\$ 98.091,00 (noventa e oito mil e noventa e um cruzeiros), no prazo de 15 meses, a começar em 15 de julho de 1951 e terminando em setembro de 1952, em prestações constantes de 15 (quinze) duplicatas, pelo mesmo devidamente aceitas, sendo as catorze primeiras de Cr\$ 6.540,00, cada uma, e a última de Cr\$ 6.671,00; 2) — Sobre vindo o vencimento da primeira duplicata em 12 de julho de 1951 a de n. AC-241/51-1, de Cr\$ 6.530,00, a Suple. por não ter recebido o seu valor viu-se constrangida a levá-la a protesto, na esperança de que o Supdo. com essa medida viesse a pagá-la. Qual não foi o seu espanto, entretanto, quando os jornais desta Capital, veiculando notícia de que uma quadrilha de ladrões de automóveis organizara um plano para lesar negociantes do ramo, fazendo a aquisição de veículos a prazo, com o pagamento de parte do preço, para em seguida levarem-nos para o interior do país, aonde naturalmente, usando de meios ilícitos, alterariam os documentos que lhes davam a simples posse, arrolava entre os diversos nomes o de Sydney Caldas Nogueira. Em reportagem que se não se engana a Suple. foi divulgada pelo jornal "O Globo", estampava-se até fotografia de alguns carros

aprendidos pela polícia, entre os quais figurava a camionete da Suple; 3) — No zelo de salvaguardar seus interesses, a Suple. compareceu à Delegacia de Roubos e Falsificações onde obteve a confirmação do ocorrido e verificou que se tratava realmente da camionete que vendera a Sydney Caldas Nogueira, a qual foi entregue à Suple, para que a guardasse na qualidade de depositária, até melhor decisão do Dr. Juiz de Direito da 2ª. Vara Criminal, a quem posteriormente foi distribuído o inquérito; 4) — A autoridade policial, nesta ocasião, procedeu à apreensão da importância de Cr\$ 48.330,00 (quarenta e oito mil trezentos e trinta cruzeiros) que a Suple. havia recebido, como parte do preço à vista, conforme contrato de compra e venda com reserva de domínio, cuja rescisão ora se pleiteia (doc. junto); 5) — Sem que até o momento tenha havido sentença no processo criminal que corre pelo Juízo da 2ª. Vara Criminal, aonde por certo ficará comprovada a intenção por parte do Supdo. de desviar abusivamente coisa que não lhe pertencia, o fato é que o Supdo. não providenciou o pagamento de nenhuma das subsequentes duplicatas, além da que fora protestada, o que sobejamente confere à Suple. invocar a presente rescisão do contrato, pelo rompimento e abandono do Supdo. que faltou à sua obrigação de pagar o restante do preço ajustado. Assim sendo e considerando que a camionete entregue ao Comprador, ora Supdo. foi posteriormente devolvida à posse da Suple, na qualidade de depositária, pela autoridade policial, deixando o Supdo. de recebê-la por sua culpa, comprovada em inquérito policial, vem a Suple., com fundamento no art. 214 do Código Comercial propor a presente ação ordinária para rescisão do contrato e danos que sofreu com o pagamento do imposto de vendas e consignações e a desvalorização do veículo, o que será apurado em execução, requerendo, como requer seja o Supdo. citado por edital, por se encontrar em lugar ignorado, a fim de oferecer a defesa que tiver, pena de se prosseguir à sua revelia, requerendo outrossim a Suple. seja oficiado à competente autoridade policial da Delegacia de Roubos e Falsificações, para por à disposição desse Juízo a importância que apreendeu de Cr\$ 48.330,00 (doc. junto), para que afinal, quando julgada procedente a ação e condenado o Supdo. na forma pedida mais custas e honorários de advocacia na base de 20% sobre o valor da ação, possa aquela dita importância garantir a execução. A prova do Suple. consiste nos documentos ora apresentados, mais depoimentos pessoais e testemunhal, exames periciais dando-se para os devidos efeitos à presente o valor de Cr\$ 50.000,00. Nestes termos, P. deferimento. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1952 — A. Leonel Proença Bezerra Martins, Ins. 1651, Advogado. — Despacho: A. Cite-se. Rio, 10-12-52 — A. M. Cerqueira. Em tempo: Cite-se por editais com o prazo de trinta dias e ofício-se. Rio, 10-12-52 — A. M. Cerqueira. Em virtude do que passou-se o presente edital e mais dois de igual teor, que serão publicados e afixados na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 15 de dezembro de 1952. Eu, Martha Simões Borges, escrevente juramentada, datilografuei. E eu Milton Seabra, escrivão, subscrevi. — A. M. A. de Castro Cerqueira. — Está conforme. O escrivão Milton Seabra.

tar para as corridas dos dias 27 e 28 deste mês, seja feito na quinta-feira dia 24, tendo em vista ser quarta-feira dia de Natal;

n) — ordenar o pagamento dos prêmios das corridas de 6 e 7 do corrente mês.

JOCKEY CLUBE DE PETRÓPOLIS

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO DE CORRIDAS EM 13-12-1952

- Multar em Cr\$ 200,00 o joquei S. P. Ribeiro (Phaeloron) e o aprendiz C. Calleri (Populacho) por desvio de linha;
- Suspender o joquei Waldir Lima por 2 meses, pela infração do artigo 67 do Código de Corridas (indisciplina);
- Suspender o aprendiz A. G. Silva (Encantada) e o joquei F. Balula (Alfina) por 1 mês, ambos pela infração do artigo 155 do Código de Corridas (embaraçar a livre ação dos competidores);
- Suspender os aprendizes J. Martins (Petit Savoyard) por 2 meses e L. Lins (Futurista e B. B. C.) por 3 meses, ambos por infração do artigo 155 do Código de Corridas (embaraçar a livre ação dos competidores);
- Deferir os requerimentos dos tratadores José Venancio e G. W. Sant'Anna;
- Fixar até o dia 20 de janeiro de 1953 o prazo para a renovação dos profissionais e proprietários;
- Ordenar o pagamento dos prêmios da reunião do dia 11 de dezembro de 1952.

O domingo na Gávea

Foi brilhantíssima a reunião de domingo último no Hipódromo da Gávea. O Grande Prêmio Frederico Lundgren, deu oportunidade a diretoria do Jockey Club Brasileiro de reunir, após o seu transcurso, a família do saudoso turfista, os proprietários do cavalo vencedor, Panchito, e outras pessoas gradas, oferecendo-lhes uma taça de champagne. Falou nessa ocasião o presidente da sociedade Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, que recordou os serviços prestados ao turf pelo saudoso criador de Mossoró, o primeiro ganhador nacional do G. P. Brasil. A Sra. Olegária Lundgren, filha do saudoso esportista, cujo neto Frederico Roso, estava também, presente, agradeceu, em interessante discurso, a homenagem que o Jockey Club Brasileiro prestava à memória de seu pai e, entregando um lindo bronze aos irmãos Drs. Nelson e Roberto Seabra, proprietários do vencedor da prova, saudou-os pelo novo sucesso das suas cores. O Dr. Roberto Seabra respondeu. Na corrida de domingo houve outra homenagem: ao almirante William M. Fechter, chefe das operações navais da Marinha Americana, que teve um papel em sua honra. O homenageado assistiu a várias outras carreiras, tendo acompanhado no Hipódromo, a convite do ministro Renato Guillobel, que reuniu em torno da sua mesa o chefe da Missão Naval Americana no Brasil, almirante R. F. Whitehead, vários chefes navais brasileiros e senhoras.

NOTÍCIAS DA SEDE

O presidente do Jockey Club Brasileiro Dr. Mario de Azevedo Ribeiro esteve presente à posse do novo prefeito da cidade coronel Dulcídio do Espírito Santo e participou, também, como convidado, do almoço que o ministro da Marinha ofereceu ao Presidente da República.

Cr\$ 990

"Sumier" três atralodas, pés "Chipendale" Travessieiros vendidos: 1. Cr\$ 130,00, par. Cr\$ 250,00. "Sumier" tipo mala. Cr\$ 1.300,00. Idem com 2 gavetas. Cr\$ 1.600,00. "Box-Spring" três almofadas, pés "Chipendale". Cr\$ 1.700,00. Idem. Idem com 2 gavetas. Cr\$ 2.000,00. Idem. tipo mala. Cr\$ 2.000,00. Colchão ventilado de molas, solteiro. Cr\$ 1.250,00. casal. Cr\$ 1.700,00. 5 anos de garantia. Também nos encarregamos da coleção de quaisquer móveis estofados, bem como de reformas sob os mínimos preços. VENHA VER PARA CRER! VENDAS A PRAZO IND. COLCHÕES OSTERMOOR LTDA. Rua Senador Furlado, n.º 30 (Defronte ao Inst. de Educação — Maris e Barros). Tel. 48-0824

Nas escolas mantidas pelo Jockey Club Brasileiro

Festivo o encerramento das aulas — Algumas dezenas de alunos, também, comungaram

Foram brilhantes os resultados dos exames no estabelecimento de ensino primário e do Jardim da Infância, mantidos pelo Jockey Club Brasileiro. Na sexta-feira última, houve a festa de encerramento das aulas. Essa teve início com a Primeira Comunhão, feita por 38 crianças na Matriz da Gávea. Logo depois, realizou-se na sede do educandário a distribuição dos diplomas aos alunos que praticaram aquele ato religioso, aos que nos respectivos anos escolares conquistaram o 1º lugar e aos que terminaram o Curso Primário. Em seguida, na sede da escola, efetuou-se a distribuição dos prêmios aos oito alunos que se classificaram em 1º lugar nas suas respectivas séries.

Imediatamente, receberam o diploma de conclusão da quarta série 18 meninos e meninas. Nesse mesmo ato, foram dados também diplomas aos alunos que terminaram o curso do Jardim da Infância, podendo, portanto, matricular-se no Curso Primário.

O diploma da Primeira Comunhão foi distribuído nessa ocasião. Presidiu à solenidade o Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, presidente do Jockey Club Brasileiro. Compuseram a mesa os diretores da grande entidade turfista que se achavam presentes, Srs. Alvaro Moura Carijó, Bastos Padilha,

professor Luiz Pinheiro Guimarães e Coronel Luiz Toledo, este supervisor do modelar educandário, a Sra. Dr. Mario de Azevedo Ribeiro que, como de hábito, presidia com a sua presença, as festas do Jockey Club; Senhorita Maurícia Felix da Silva, diretora do estabelecimento e o Sr. Leonidas Mendes. Ao encerrar a solenidade, o presidente, dirigindo-se às mães das crianças, disse que, em nome da Diretoria, se congratulava com elas, pelo brilhante resultado dos exames. Queria também dar às mães dos alunos que terminaram o 4º ano a auspiciosa notícia de que no próximo ano letivo será criado o Curso de Admissão que permite a matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário, onde eles poderão continuar seus estudos. Essa notícia produziu grande entusiasmo na assistência que irrompeu em calorosa salva de palmas.

Os alunos que mais se distinguiram durante o ano e que obtiveram, nas respectivas séries a primeira colocação, são os seguintes: Turma Maternal: Vilma Soares; Jardim da Infância, turma — A — Rosilda S. Azevedo; turma — B — Ana Maria Amorim; turma — C — Tereza Píotio Guimarães; 1º ano — Wanda da Rocha; 2º ano, Wilma de Almeida; 3º ano, Maria Helena Ventura; 4º ano, Luiz Fernando Morgado.

PRODUTOS DE VALOR DA FLORA MEDICINAL

JURUPITAN	DIRAJAIA
Combate as cólicas e as congestões de fígado, os cálculos hepáticos e a icterícia	Expectorante indicado nas bronquites e nas tosse por causa rebeldes que sejam.

CHÁ MINEIRO	LUNGACIBA
Indicado contra reumatismo gotoso e artrismo, moléstias da pele e por ser muito diurético, nas doenças dos rins.	Poderoso tônico amargo, ativo o órgão digestivo, combatendo as diarreias e o catarro intestinal, estimulando o apetite.

VENDEM-SE EM TODAS AS FARMÁCIAS E DROGARIAS — PEÇAM GRÁTIS NOSSO ÚTIL CATALOGO CIENTIFICO
J. MONTEIRO DA SILVA & CIA.
195 — Rua 7 de Setembro — 195
Telefone: 23-2726 — RIO DE JANEIRO

ENTRADAS Cr\$ 200,00

Vendemos ótimas máquinas de Costura novas com 10 anos de garantia — Entrada Cr\$ 200,00.
RUY MAFRA & Irmão
Rua Aristides Lobo n.º 134
TELEFONE: 28-1547

Quer ser motorista?

Faça uma visita, sem compromisso, à "ESCOLA LOIDE PARA MOTORISTAS", e constate você mesmo a excelência de nosso método de ensino, oferecendo aos nossos alunos o máximo de conforto e eficiência, em carros limousines e um perfeito corpo de professores, educados, pacientes, disciplinados. Cursos para amadores e profissionais, para ambos os sexos.

Rua Riachuelo 372 — (Loja)
TELEFONE 22-0369

Têrça-feira, 16 de Dezembro de 1952 **GAZETA DE NOTÍCIAS**
Página 9

Voltou a paz a reinar no futebol da zona rural

Após dois anos de relações cortadas, jogaram, domingo último, Oiti e Campo Grande - Muita disciplina e cordialidade - Venceu o Campo Grande, por 4 x 2 - Escreve: Cristóvão de Andrade

O futebol da zona rural, está novamente em paz. Campo Grande A. C. e E. C. Oiti, que estavam de relações cortadas, voltaram, domingo último, a se derrotar.

A peleja que marcou as novas relações entre estes dois clubes, foi, em disputa do Torneio Campo Grande, certame que tem o patrocínio do Departamento Autônomo.

Antes do início do «match» o presidente do Campo Grande, Sr. Luiz Passos Soares, ofereceu ao Sr. Nelson Barbosa, presidente do E. C. Oiti, uma flâmula. Em breve improviso, o dirigente máximo do E. C. Oiti agradeceu a oferta ao Campo Grande.

A PELEJA EM RESUMO
A peleja que era aguardada com grande interesse, foi presenciada por numerosa «torcida» que lotou completamente o Estádio «Ari Marques da Silva». A luta, tal qual era esperada, agradou pela movimentação e pela disciplina apresentada em campo, pelos 22 litigantes.

O Campo Grande apresentando uma equipe tecnicamente superior, conseguiu bater o seu antigo rival pela contagem de 4x2. O E. C. Oiti, na primeira fase, dava a impressão de que venderia caro a derrota, ou digamos de passagem, seria o vencedor do encontro. O escor de 2x3, da fase inicial, dava esta impressão. No entanto, no segundo tempo, o Campo Grande mandou inteiramente no jogo. A vitória do Campo Grande, foi justa e merecida.

QUADROS, PRELIMINAR E JUÍZ
As duas equipes formaram com as seguintes constituições:
CAMPO GRANDE A. C.:
Nozinho; Darcé e Wilson; Tiba, Wilson II e Gamblarra; Nelson, Sabará, Wilson Paco, Ariel, Samuel e Luizinho.

E. CLUBE OITI:
Custódio; Vando e Foca; Alcino, Lalá e Dill; 31, Orlando, Hélio Almir e Tote.

Luizinho (2) e Nelson Sabará (2), marcaram para o Campo Grande, enquanto Hélio e Orlando, foram os autores dos tentos do E. C. Oiti.

O juiz foi o Sr. Américo Loureiro, com regular atuação.

Preliminar: — Campo Grande 5x1.

OUTROS RESULTADOS

Ainda pelo Torneio Campo Grande, o Torres Homem bateu o Guanabara, pela contagem de 2x0, na peleja realizada no campo do Campo Grande.

Em Santa Cruz, empataram Distinta e Oriente, pela contagem de 1x1.

Continua invicto o E. C. Maravilha

O E. C. Maravilha, da estação de Quintino Bocaiuva, continua em sua marcha invicta. Ainda domingo último, o Nova Estrela F.C. conheceu o poderio do clube de Floriano Resende, sendo derrotado pelo escor de 3x2. Na preliminar ainda venceu o Maravilha, pela contagem de 4x1.

VENENOS SUBURBANOS

SOMBRA DA NOITE



A vida é assim meu amigos. José Augusto foi o fundador do 26 de Abril F. C., de Campo Grande. Hoje, não apita nada no 26 de Abril, pois até «barrado» do time já foi. Aconselho, ao Figueira, fundar outro clube...

Gracias aos DEUSES e ao

Dr. Hilton Gosling, o meu companheiro Cristóvão de Andrade parece que poderá jogar domingo, contra os Veteranos do Ceres...

O Sr. Luiz Passos Soares, presidente do Campo Grande, ofereceu uma flâmula ao Sr. Nelson Barbosa, presidente do E. C. Oiti. Terminada a solenidade, os dois dirigentes fizeram a maciça. Quem perdesse iria cumprimentar o juiz. O presidente do E. C. Oiti, cumprimenta a palavra. Se o Campo Grande perdesse, será que o Luiz Passos cumprimentaria o árbitro?

Espero voltar amanhã, se os DEUSES deixarem...

DOENÇAS DA PELE

Sífilis, câncer, eczemas, varicela, úlceras das pernas, verrugas, espinhas, urticulas, micoses (leilões) — eletroterapia

Dr. Agostinho da Cunha ASSEMBLEIA, 73 - Fone 32-3285

E. C. PARIS, 8 x 0

O campo do Forte Duque de Caxias foi o local do encontro que travaram domingo último as equipes do E. C. Paris e Agricultura F.C.

A luta não chegou a agradar, isto porque o Agricultura apresentando um conjunto, bilsonho, foi derrotado pela ampla contagem de 8x0, bancando com esta derrota o «Perna de Pau F.C.», da semana.

GAZETA JURÍDICA

EDITAIS

JUIZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL — Edital para conhecimento de terceiros interessados, na forma abaixo: O Doutor Juiz de Direito da 18ª Vara Cível do Distrito Federal, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, LAZARIBE nos que o presente edital vem, em dele conhecimento tiverem que pelo mesmo fi

201 intimados os terceiros interessados, para ciência da notificação requerida por Teófilo de Serpa S. A. contra Manuel Gonçalves Vilas, tudo de conformidade com o artigo 197 do Código de Processo Civil, e do despacho judicial transcritos: PÉTICO: DE FOLHAS 1234567890. — «Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 18ª Vara Cível».

«Teófilo de Serpa S. A.», sociedade anônima com sede nesta Capital, Av. Franklin Roosevelt, n. 194, vem expor e requerer a V. Excia. e se

requeira: 1ª — A suplicante é socia de S. A. Manuel Gonçalves Vilas, ocupando, há anos, a função de sub-gerente da Avenida citada, número 194-A. 2ª — Por diversas vezes, forçou o referido locador, por meio de recusas e fugidas ao recolhimento dos alugueres, que a suplicante fizesse a consignação em nome dos mesmos ou se defendesse em injustas ações de despejo por falta de pagamento, apesar de sempre haver sido notada de indícios de fadiga, incluindo bancário em que pudesse ser depositados ditos alugueres, sem qualquer atraso. 3ª — Em setembro do corrente ano, recebeu a manobra oferecidos os alugueres, quer o locador, quer o seu procurador, Sr. Antônio Rodrigues Costa, recusavam o recolhimento, seja mediante depósito, seja declarando que não dispunham de meios para o pagamento. 4ª — A suplicante, por o tanto de por termo, de vez, a tais manobras, fez sempre acompanhar a funcionária, portadora do pagamento, D. Alda Vieira Láz, por 2 (duas) testemunhas, D. Aires Ferreira da Conceição e Djalma Cabral Filho, nos dias 1, 2, 3 e 4 de setembro. 5ª — Para isso, no dia 4 de setembro, entrou com o pedido de consignação do pagamento, cumulado com o de proposição de ação cominatória, a fim de ser o réu-locador compelido a declarar o estabelecimento bancário onde se fizessem daí por diante os pagamentos, por estar provida a intenção maliciosa de causar embargos e prejuízos à suplicante. 6ª — Esta ação foi distribuída à 18ª Vara Cível desta Capital, no dia 5 do mesmo mês, distribuição publicada no Diário de Justiça do dia 6. 7ª — Ocorreu, infelizmente que o advogado do encarregado de acompanhar o feito, Dr. Fábio Pinto Coelho nos 4 dias subsequentes, teve que atender à chegada da sua esposa, esposa do Dr. José Guerra Pinto Coelho, residente em 12-6, Floriano, Estado de Minas Gerais, para sua internação na Casa de Saúde Santa Luzia, onde foi operada vindo a falecer em 10 de setembro. 8ª — Isto, provocou o atraso na apresentação da defesa, dentro do prazo legal relativo às mas perfeitamente logo requer a purgação da mora, nos termos do § 1º do artigo 15, da Lei 1.308, de 1950, pretendendo a purgação do feito distribuído à 18ª Vara Cível como cominatória. 10ª — O locador, por meio de sucessivas petições, retardando quanto pôde o despacho do M. Juiz da 18ª Vara Cível no pedido de purgação da mora, despacho que somente foi proferido em 23 de outubro de 1952, a fls. 45v, dos autos da ação, marcando a purgação para o dia 11 de novembro, às 11 horas. 11ª — Este despacho só foi remetido a cartório no dia 25 e no mesmo dia publicado no Diário de Justiça, sendo de notar-se que no dia 25 de outubro caiu em um sábado. 12ª — De acordo com o que expressamente determina o artigo 15, § 1º, da citada Lei 1.308, a purgação da mora se fará mediante o pagamento do alugu

13ª — E nos termos da Lei de Organização Judiciária (Art. 256, n. 1), o levantamento da conta de custas, alugueres e encargos só poderá ser levantada pelo contador do Juízo. 14ª — Ora, no presente, a «segunda-feira» dia 27 de outubro os autos para providenciar o levantamento da conta, no exto prazo de um (1) dia e meio, não ser o dia 28 de outubro (terça-feira) feriado, teve a suplicante a surpresa de verificar que os autos haviam sido, novamente, encaminhados ao Dr. Juiz com um pedido do locador, de reconsideração do despacho que deferia a purgação da mora, fato que tornou impossível o levantamento da conta. 15ª — No dia 29 de outubro, esteve o advogado da suplicante, Carlos de 14 horas, no Cartório onde lhe foi dada a informação de que o M. Juiz não havia ainda recebido a conta devolvida «os autos», tudo conforme certidão do Sr. Escrevente em cartório para os autos, sem o referido de reconsideração e a re-afirmação que se seguiu. 16ª — Tomando-se, portanto, o cumprimento do despacho de purgação, a suplicante, o advogado, o suplicante, convicte que o julgador da causa

devolveria os autos com o unio despacho cabível, ou sejam: marcando nova data para o pagamento de modo a permitir a suplicante cumprir o despacho na forma prescrita pela lei. 17ª — Entretanto, teve a surpresa de verificar que no dia seguinte o M. Juiz «decretava o seu despacho por falta de cumprimento do despacho». 18ª — Ora, o obstáculo judicial ao cumprimento era evidente, clamoroso, e por força de explícita disposição de lei, a decisão não podia, nem pode sustentar, pois, assim determina o artigo 26 do Código de Processo Civil: Os prazos serão continuos e peremptórios, correndo em dias feriados e nas férias. Suspender-se-ão, entretanto, por obstáculo judicial criado pela parte ou superveniência de fatos que absorvem pelo menos, metade da sua duração, e nas hipóteses do artigo 197, caso em que serão restituídos por tempo igual ao da suspensão. 19ª — Em face da flagrante injustiça da decisão, a suplicante da mesma internou reclamação para o Escrevente Corretor de Justiça, onde tomou o número 536 e dela apeliou para o Col. Tribunal de Justiça. 20ª — Entretanto, como não tem os recursos interpostos, efeito suspensivo, o locador ez intimar a suplicante para desocupar o imóvel que ocupa, sob pena de efetivar-se o despejo, manifestando, pois a intenção de promover a execução provisória da sentença. 21ª — Todavia, dispõe o artigo 583 do Código de Processo Civil: «A execução provisória da sentença obedecerá aos princípios seguintes: I — A execução provisória ficará sem efeito, desde que sobrevier sentença pela qual se modifique ou anule a que constituir objeto da execução. II — A reparação dos danos que, em consequência da execução, se tiver executado, se recairá a liquidar nos próprios autos da ação». Por estes motivos, nos termos dos artigos 720 e seguintes do Código de Processo Civil, quer a suplicante, protestar, desde já pela reposição das coisas no seu estado atual, com a anulação da sentença irrita, nula e insubsistente, cuja execução provisória ora se promove, restabelecida a situação existente e ainda, haver o locador a indenização que couber pelos prejuízos e danos que causar e requer a V. Excia. que este Protesto seja intimado o locador, era suplicado, Manuel Gonçalves Vilas, brasileiro, casado, proprietário, residente à Av. Tijuca, 742, nesta Capital, e a expedição de editais para conhecimento de terceiros porventura interessados. Requer, mais que, feita a intimação e publicados os editais, sejam os autos devolvidos à requerente, independentemente de traslado para os fins de direito. Nestes termos, P. e B. deferimento. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952. — (a) Fábio O. Penna. — DIS-TRIBUIÇÃO: «Corregedoria da Justiça». 1º Ofício de Distribuidor, D. 18ª Vara Cível, Tom 4-12 de 1952, (assinatura legível). — DESPACHO: «A nítique-se. Editais Prazo de trinta dias. Rio, ... 5-12-52. 1. Calaby». — E para que chegue ao conhecimento de terceiros interessados, mandei expedir o presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, e para que este Juiz anote a fls. D. Manuel, n. 29 e anote no Livro da Justiça, e, passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias de dezembro de 1952. — Eu, Florinda Campaña Patriarca, Escrevente Juramentada, o datilografei. E eu, Rubens Pedreira Ramos, Escrivô, o subscrevi. (a) Ivano da Costa Carvalho Calaby. Está conforme. O Escrivô, Rubens Pedreira Ramos.

devolveria os autos com o unio despacho cabível, ou sejam: marcando nova data para o pagamento de modo a permitir a suplicante cumprir o despacho na forma prescrita pela lei. 17ª — Entretanto, teve a surpresa de verificar que no dia seguinte o M. Juiz «decretava o seu despacho por falta de cumprimento do despacho». 18ª — Ora, o obstáculo judicial ao cumprimento era evidente, clamoroso, e por força de explícita disposição de lei, a decisão não podia, nem pode sustentar, pois, assim determina o artigo 26 do Código de Processo Civil: Os prazos serão continuos e peremptórios, correndo em dias feriados e nas férias. Suspender-se-ão, entretanto, por obstáculo judicial criado pela parte ou superveniência de fatos que absorvem pelo menos, metade da sua duração, e nas hipóteses do artigo 197, caso em que serão restituídos por tempo igual ao da suspensão. 19ª — Em face da flagrante injustiça da decisão, a suplicante da mesma internou reclamação para o Escrevente Corretor de Justiça, onde tomou o número 536 e dela apeliou para o Col. Tribunal de Justiça. 20ª — Entretanto, como não tem os recursos interpostos, efeito suspensivo, o locador ez intimar a suplicante para desocupar o imóvel que ocupa, sob pena de efetivar-se o despejo, manifestando, pois a intenção de promover a execução provisória da sentença. 21ª — Todavia, dispõe o artigo 583 do Código de Processo Civil: «A execução provisória da sentença obedecerá aos princípios seguintes: I — A execução provisória ficará sem efeito, desde que sobrevier sentença pela qual se modifique ou anule a que constituir objeto da execução. II — A reparação dos danos que, em consequência da execução, se tiver executado, se recairá a liquidar nos próprios autos da ação». Por estes motivos, nos termos dos artigos 720 e seguintes do Código de Processo Civil, quer a suplicante, protestar, desde já pela reposição das coisas no seu estado atual, com a anulação da sentença irrita, nula e insubsistente, cuja execução provisória ora se promove, restabelecida a situação existente e ainda, haver o locador a indenização que couber pelos prejuízos e danos que causar e requer a V. Excia. que este Protesto seja intimado o locador, era suplicado, Manuel Gonçalves Vilas, brasileiro, casado, proprietário, residente à Av. Tijuca, 742, nesta Capital, e a expedição de editais para conhecimento de terceiros porventura interessados. Requer, mais que, feita a intimação e publicados os editais, sejam os autos devolvidos à requerente, independentemente de traslado para os fins de direito. Nestes termos, P. e B. deferimento. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952. — (a) Fábio O. Penna. — DIS-TRIBUIÇÃO: «Corregedoria da Justiça». 1º Ofício de Distribuidor, D. 18ª Vara Cível, Tom 4-12 de 1952, (assinatura legível). — DESPACHO: «A nítique-se. Editais Prazo de trinta dias. Rio, ... 5-12-52. 1. Calaby». — E para que chegue ao conhecimento de terceiros interessados, mandei expedir o presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, e para que este Juiz anote a fls. D. Manuel, n. 29 e anote no Livro da Justiça, e, passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias de dezembro de 1952. — Eu, Florinda Campaña Patriarca, Escrevente Juramentada, o datilografei. E eu, Rubens Pedreira Ramos, Escrivô, o subscrevi. (a) Ivano da Costa Carvalho Calaby. Está conforme. O Escrivô, Rubens Pedreira Ramos.

devolveria os autos com o unio despacho cabível, ou sejam: marcando nova data para o pagamento de modo a permitir a suplicante cumprir o despacho na forma prescrita pela lei. 17ª — Entretanto, teve a surpresa de verificar que no dia seguinte o M. Juiz «decretava o seu despacho por falta de cumprimento do despacho». 18ª — Ora, o obstáculo judicial ao cumprimento era evidente, clamoroso, e por força de explícita disposição de lei, a decisão não podia, nem pode sustentar, pois, assim determina o artigo 26 do Código de Processo Civil: Os prazos serão continuos e peremptórios, correndo em dias feriados e nas férias. Suspender-se-ão, entretanto, por obstáculo judicial criado pela parte ou superveniência de fatos que absorvem pelo menos, metade da sua duração, e nas hipóteses do artigo 197, caso em que serão restituídos por tempo igual ao da suspensão. 19ª — Em face da flagrante injustiça da decisão, a suplicante da mesma internou reclamação para o Escrevente Corretor de Justiça, onde tomou o número 536 e dela apeliou para o Col. Tribunal de Justiça. 20ª — Entretanto, como não tem os recursos interpostos, efeito suspensivo, o locador ez intimar a suplicante para desocupar o imóvel que ocupa, sob pena de efetivar-se o despejo, manifestando, pois a intenção de promover a execução provisória da sentença. 21ª — Todavia, dispõe o artigo 583 do Código de Processo Civil: «A execução provisória da sentença obedecerá aos princípios seguintes: I — A execução provisória ficará sem efeito, desde que sobrevier sentença pela qual se modifique ou anule a que constituir objeto da execução. II — A reparação dos danos que, em consequência da execução, se tiver executado, se recairá a liquidar nos próprios autos da ação». Por estes motivos, nos termos dos artigos 720 e seguintes do Código de Processo Civil, quer a suplicante, protestar, desde já pela reposição das coisas no seu estado atual, com a anulação da sentença irrita, nula e insubsistente, cuja execução provisória ora se promove, restabelecida a situação existente e ainda, haver o locador a indenização que couber pelos prejuízos e danos que causar e requer a V. Excia. que este Protesto seja intimado o locador, era suplicado, Manuel Gonçalves Vilas, brasileiro, casado, proprietário, residente à Av. Tijuca, 742, nesta Capital, e a expedição de editais para conhecimento de terceiros porventura interessados. Requer, mais que, feita a intimação e publicados os editais, sejam os autos devolvidos à requerente, independentemente de traslado para os fins de direito. Nestes termos, P. e B. deferimento. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952. — (a) Fábio O. Penna. — DIS-TRIBUIÇÃO: «Corregedoria da Justiça». 1º Ofício de Distribuidor, D. 18ª Vara Cível, Tom 4-12 de 1952, (assinatura legível). — DESPACHO: «A nítique-se. Editais Prazo de trinta dias. Rio, ... 5-12-52. 1. Calaby». — E para que chegue ao conhecimento de terceiros interessados, mandei expedir o presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, e para que este Juiz anote a fls. D. Manuel, n. 29 e anote no Livro da Justiça, e, passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias de dezembro de 1952. — Eu, Florinda Campaña Patriarca, Escrevente Juramentada, o datilografei. E eu, Rubens Pedreira Ramos, Escrivô, o subscrevi. (a) Ivano da Costa Carvalho Calaby. Está conforme. O Escrivô, Rubens Pedreira Ramos.

devolveria os autos com o unio despacho cabível, ou sejam: marcando nova data para o pagamento de modo a permitir a suplicante cumprir o despacho na forma prescrita pela lei. 17ª — Entretanto, teve a surpresa de verificar que no dia seguinte o M. Juiz «decretava o seu despacho por falta de cumprimento do despacho». 18ª — Ora, o obstáculo judicial ao cumprimento era evidente, clamoroso, e por força de explícita disposição de lei, a decisão não podia, nem pode sustentar, pois, assim determina o artigo 26 do Código de Processo Civil: Os prazos serão continuos e peremptórios, correndo em dias feriados e nas férias. Suspender-se-ão, entretanto, por obstáculo judicial criado pela parte ou superveniência de fatos que absorvem pelo menos, metade da sua duração, e nas hipóteses do artigo 197, caso em que serão restituídos por tempo igual ao da suspensão. 19ª — Em face da flagrante injustiça da decisão, a suplicante da mesma internou reclamação para o Escrevente Corretor de Justiça, onde tomou o número 536 e dela apeliou para o Col. Tribunal de Justiça. 20ª — Entretanto, como não tem os recursos interpostos, efeito suspensivo, o locador ez intimar a suplicante para desocupar o imóvel que ocupa, sob pena de efetivar-se o despejo, manifestando, pois a intenção de promover a execução provisória da sentença. 21ª — Todavia, dispõe o artigo 583 do Código de Processo Civil: «A execução provisória da sentença obedecerá aos princípios seguintes: I — A execução provisória ficará sem efeito, desde que sobrevier sentença pela qual se modifique ou anule a que constituir objeto da execução. II — A reparação dos danos que, em consequência da execução, se tiver executado, se recairá a liquidar nos próprios autos da ação». Por estes motivos, nos termos dos artigos 720 e seguintes do Código de Processo Civil, quer a suplicante, protestar, desde já pela reposição das coisas no seu estado atual, com a anulação da sentença irrita, nula e insubsistente, cuja execução provisória ora se promove, restabelecida a situação existente e ainda, haver o locador a indenização que couber pelos prejuízos e danos que causar e requer a V. Excia. que este Protesto seja intimado o locador, era suplicado, Manuel Gonçalves Vilas, brasileiro, casado, proprietário, residente à Av. Tijuca, 742, nesta Capital, e a expedição de editais para conhecimento de terceiros porventura interessados. Requer, mais que, feita a intimação e publicados os editais, sejam os autos devolvidos à requerente, independentemente de traslado para os fins de direito. Nestes termos, P. e B. deferimento. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952. — (a) Fábio O. Penna. — DIS-TRIBUIÇÃO: «Corregedoria da Justiça». 1º Ofício de Distribuidor, D. 18ª Vara Cível, Tom 4-12 de 1952, (assinatura legível). — DESPACHO: «A nítique-se. Editais Prazo de trinta dias. Rio, ... 5-12-52. 1. Calaby». — E para que chegue ao conhecimento de terceiros interessados, mandei expedir o presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, e para que este Juiz anote a fls. D. Manuel, n. 29 e anote no Livro da Justiça, e, passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias de dezembro de 1952. — Eu, Florinda Campaña Patriarca, Escrevente Juramentada, o datilografei. E eu, Rubens Pedreira Ramos, Escrivô, o subscrevi. (a) Ivano da Costa Carvalho Calaby. Está conforme. O Escrivô, Rubens Pedreira Ramos.

devolveria os autos com o unio despacho cabível, ou sejam: marcando nova data para o pagamento de modo a permitir a suplicante cumprir o despacho na forma prescrita pela lei. 17ª — Entretanto, teve a surpresa de verificar que no dia seguinte o M. Juiz «decretava o seu despacho por falta de cumprimento do despacho». 18ª — Ora, o obstáculo judicial ao cumprimento era evidente, clamoroso, e por força de explícita disposição de lei, a decisão não podia, nem pode sustentar, pois, assim determina o artigo 26 do Código de Processo Civil: Os prazos serão continuos e peremptórios, correndo em dias feriados e nas férias. Suspender-se-ão, entretanto, por obstáculo judicial criado pela parte ou superveniência de fatos que absorvem pelo menos, metade da sua duração, e nas hipóteses do artigo 197, caso em que serão restituídos por tempo igual ao da suspensão. 19ª — Em face da flagrante injustiça da decisão, a suplicante da mesma internou reclamação para o Escrevente Corretor de Justiça, onde tomou o número 536 e dela apeliou para o Col. Tribunal de Justiça. 20ª — Entretanto, como não tem os recursos interpostos, efeito suspensivo, o locador ez intimar a suplicante para desocupar o imóvel que ocupa, sob pena de efetivar-se o despejo, manifestando, pois a intenção de promover a execução provisória da sentença. 21ª — Todavia, dispõe o artigo 583 do Código de Processo Civil: «A execução provisória da sentença obedecerá aos princípios seguintes: I — A execução provisória ficará sem efeito, desde que sobrevier sentença pela qual se modifique ou anule a que constituir objeto da execução. II — A reparação dos danos que, em consequência da execução, se tiver executado, se recairá a liquidar nos próprios autos da ação». Por estes motivos, nos termos dos artigos 720 e seguintes do Código de Processo Civil, quer a suplicante, protestar, desde já pela reposição das coisas no seu estado atual, com a anulação da sentença irrita, nula e insubsistente, cuja execução provisória ora se promove, restabelecida a situação existente e ainda, haver o locador a indenização que couber pelos prejuízos e danos que causar e requer a V. Excia. que este Protesto seja intimado o locador, era suplicado, Manuel Gonçalves Vilas, brasileiro, casado, proprietário, residente à Av. Tijuca, 742, nesta Capital, e a expedição de editais para conhecimento de terceiros porventura interessados. Requer, mais que, feita a intimação e publicados os editais, sejam os autos devolvidos à requerente, independentemente de traslado para os fins de direito. Nestes termos, P. e B. deferimento. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952. — (a) Fábio O. Penna. — DIS-TRIBUIÇÃO: «Corregedoria da Justiça». 1º Ofício de Distribuidor, D. 18ª Vara Cível, Tom 4-12 de 1952, (assinatura legível). — DESPACHO: «A nítique-se. Editais Prazo de trinta dias. Rio, ... 5-12-52. 1. Calaby». — E para que chegue ao conhecimento de terceiros interessados, mandei expedir o presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, e para que este Juiz anote a fls. D. Manuel, n. 29 e anote no Livro da Justiça, e, passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias de dezembro de 1952. — Eu, Florinda Campaña Patriarca, Escrevente Juramentada, o datilografei. E eu, Rubens Pedreira Ramos, Escrivô, o subscrevi. (a) Ivano da Costa Carvalho Calaby. Está conforme. O Escrivô, Rubens Pedreira Ramos.

devolveria os autos com o unio despacho cabível, ou sejam: marcando nova data para o pagamento de modo a permitir a suplicante cumprir o despacho na forma prescrita pela lei. 17ª — Entretanto, teve a surpresa de verificar que no dia seguinte o M. Juiz «decretava o seu despacho por falta de cumprimento do despacho». 18ª — Ora, o obstáculo judicial ao cumprimento era evidente, clamoroso, e por força de explícita disposição de lei, a decisão não podia, nem pode sustentar, pois, assim determina o artigo 26 do Código de Processo Civil: Os prazos serão continuos e peremptórios, correndo em dias feriados e nas férias. Suspender-se-ão, entretanto, por obstáculo judicial criado pela parte ou superveniência de fatos que absorvem pelo menos, metade da sua duração, e nas hipóteses do artigo 197, caso em que serão restituídos por tempo igual ao da suspensão. 19ª — Em face da flagrante injustiça da decisão, a suplicante da mesma internou reclamação para o Escrevente Corretor de Justiça, onde tomou o número 536 e dela apeliou para o Col. Tribunal de Justiça. 20ª — Entretanto, como não tem os recursos interpostos, efeito suspensivo, o locador ez intimar a suplicante para desocupar o imóvel que ocupa, sob pena de efetivar-se o despejo, manifestando, pois a intenção de promover a execução provisória da sentença. 21ª — Todavia, dispõe o artigo 583 do Código de Processo Civil: «A execução provisória da sentença obedecerá aos princípios seguintes: I — A execução provisória ficará sem efeito, desde que sobrevier sentença pela qual se modifique ou anule a que constituir objeto da execução. II — A reparação dos danos que, em consequência da execução, se tiver executado, se recairá a liquidar nos próprios autos da ação». Por estes motivos, nos termos dos artigos 720 e seguintes do Código de Processo Civil, quer a suplicante, protestar, desde já pela reposição das coisas no seu estado atual, com a anulação da sentença irrita, nula e insubsistente, cuja execução provisória ora se promove, restabelecida a situação existente e ainda, haver o locador a indenização que couber pelos prejuízos e danos que causar e requer a V. Excia. que este Protesto seja intimado o locador, era suplicado, Manuel Gonçalves Vilas, brasileiro, casado, proprietário, residente à Av. Tijuca, 742, nesta Capital, e a expedição de editais para conhecimento de terceiros porventura interessados. Requer, mais que, feita a intimação e publicados os editais, sejam os autos devolvidos à requerente, independentemente de traslado para os fins de direito. Nestes termos, P. e B. deferimento. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952. — (a) Fábio O. Penna. — DIS-TRIBUIÇÃO: «Corregedoria da Justiça». 1º Ofício de Distribuidor, D. 18ª Vara Cível, Tom 4-12 de 1952, (assinatura legível). — DESPACHO: «A nítique-se. Editais Prazo de trinta dias. Rio, ... 5-12-52. 1. Calaby». — E para que chegue ao conhecimento de terceiros interessados, mandei expedir o presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, e para que este Juiz anote a fls. D. Manuel, n. 29 e anote no Livro da Justiça, e, passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias de dezembro de 1952. — Eu, Florinda Campaña Patriarca, Escrevente Juramentada, o datilografei. E eu, Rubens Pedreira Ramos, Escrivô, o subscrevi. (a) Ivano da Costa Carvalho Calaby. Está conforme. O Escrivô, Rubens Pedreira Ramos.

devolveria os autos com o unio despacho cabível, ou sejam: marcando nova data para o pagamento de modo a permitir a suplicante cumprir o despacho na forma prescrita pela lei. 17ª — Entretanto, teve a surpresa de verificar que no dia seguinte o M. Juiz «decretava o seu despacho por falta de cumprimento do despacho». 18ª — Ora, o obstáculo judicial ao cumprimento era evidente, clamoroso, e por força de explícita disposição de lei, a decisão não podia, nem pode sustentar, pois, assim determina o artigo 26 do Código de Processo Civil: Os prazos serão continuos e peremptórios, correndo em dias feriados e nas férias. Suspender-se-ão, entretanto, por obstáculo judicial criado pela parte ou superveniência de fatos que absorvem pelo menos, metade da sua duração, e nas hipóteses do artigo 197, caso em que serão restituídos por tempo igual ao da suspensão. 19ª — Em face da flagrante injustiça da decisão, a suplicante da mesma internou reclamação para o Escrevente Corretor de Justiça, onde tomou o número 536 e dela apeliou para o Col. Tribunal de Justiça. 20ª — Entretanto, como não tem os recursos interpostos, efeito suspensivo, o locador ez intimar a suplicante para desocupar o imóvel que ocupa, sob pena de efetivar-se o despejo, manifestando, pois a intenção de promover a execução provisória da sentença. 21ª — Todavia, dispõe o artigo 583 do Código de Processo Civil: «A execução provisória da sentença obedecerá aos princípios seguintes: I — A execução provisória ficará sem efeito, desde que sobrevier sentença pela qual se modifique ou anule a que constituir objeto da execução. II — A reparação dos danos que, em consequência da execução, se tiver executado, se recairá a liquidar nos próprios autos da ação». Por estes motivos, nos termos dos artigos 720 e seguintes do Código de Processo Civil, quer a suplicante, protestar, desde já pela reposição das coisas no seu estado atual, com a anulação da sentença irrita, nula e insubsistente, cuja execução provisória ora se promove, restabelecida a situação existente e ainda, haver o locador a indenização que couber pelos prejuízos e danos que causar e requer a V. Excia. que este Protesto seja intimado o locador, era suplicado, Manuel Gonçalves Vilas, brasileiro, casado, proprietário, residente à Av. Tijuca, 742, nesta Capital, e a expedição de editais para conhecimento de terceiros porventura interessados. Requer, mais que, feita a intimação e publicados os editais, sejam os autos devolvidos à requerente, independentemente de traslado para os fins de direito. Nestes termos, P. e B. deferimento. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952. — (a) Fábio O. Penna. — DIS-TRIBUIÇÃO: «Corregedoria da Justiça». 1º Ofício de Distribuidor, D. 18ª Vara Cível, Tom 4-12 de 1952, (assinatura legível). — DESPACHO: «A nítique-se. Editais Prazo de trinta dias. Rio, ... 5-12-52. 1. Calaby». — E para que chegue ao conhecimento de terceiros interessados, mandei expedir o presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, e para que este Juiz anote a fls. D. Manuel, n. 29 e anote no Livro da Justiça, e, passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias de dezembro de 1952. — Eu, Florinda Campaña Patriarca, Escrevente Juramentada, o datilografei. E eu, Rubens Pedreira Ramos, Escrivô, o subscrevi. (a) Ivano da Costa Carvalho Calaby. Está conforme. O Escrivô, Rubens Pedreira Ramos.

devolveria os autos com o unio despacho cabível, ou sejam: marcando nova data para o pagamento de modo a permitir a suplicante cumprir o despacho na forma prescrita pela lei. 17ª — Entretanto, teve a surpresa de verificar que no dia seguinte o M. Juiz «decretava o seu despacho por falta de cumprimento do despacho». 18ª — Ora, o obstáculo judicial ao cumprimento era evidente, clamoroso, e por força de explícita disposição de lei, a decisão não podia, nem pode sustentar, pois, assim determina o artigo 26 do Código de Processo Civil: Os prazos serão continuos e peremptórios, correndo em dias feriados e nas férias. Suspender-se-ão, entretanto, por obstáculo judicial criado pela parte ou superveniência de fatos que absorvem pelo menos, metade da sua duração, e nas hipóteses do artigo 197, caso em que serão restituídos por tempo igual ao da suspensão. 19ª — Em face da flagrante injustiça da decisão, a suplicante da mesma internou reclamação para o Escrevente Corretor de Justiça, onde tomou o número 536 e dela apeliou para o Col. Tribunal de Justiça. 20ª — Entretanto, como não tem os recursos interpostos, efeito suspensivo, o locador ez intimar a suplicante para desocupar o imóvel que ocupa, sob pena de efetivar-se o despejo, manifestando, pois a intenção de promover a execução provisória da sentença. 21ª — Todavia, dispõe o artigo 583 do Código de Processo Civil: «A execução provisória da sentença obedecerá aos princípios seguintes: I — A execução provisória ficará sem efeito, desde que sobrevier sentença pela qual se modifique ou anule a que constituir objeto da execução. II — A reparação dos danos que, em consequência da execução, se tiver executado, se recairá a liquidar nos próprios autos da ação». Por estes motivos, nos termos dos artigos 720 e seguintes do Código de Processo Civil, quer a suplicante, protestar, desde já pela reposição das coisas no seu estado atual, com a anulação da sentença irrita, nula e insubsistente, cuja execução provisória ora se promove, restabelecida a situação existente e ainda, haver o locador a indenização que couber pelos prejuízos e danos que causar e requer a V. Excia. que este Protesto seja intimado o locador, era suplicado, Manuel Gonçalves Vilas, brasileiro, casado, proprietário, residente à Av. Tijuca, 742, nesta Capital, e a expedição de editais para conhecimento de terceiros porventura interessados. Requer, mais que, feita a intimação e publicados os editais, sejam os autos devolvidos à requerente, independentemente de traslado para os fins de direito. Nestes termos, P. e B. deferimento. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952. — (a) Fábio O. Penna. — DIS-TRIBUIÇÃO: «Corregedoria da Justiça». 1º Ofício de Distribuidor, D. 18ª Vara Cível, Tom 4-12 de 1952, (assinatura legível). — DESPACHO: «A nítique-se. Editais Prazo de trinta dias. Rio, ... 5-12-52. 1. Calaby». — E para que chegue ao conhecimento de terceiros interessados, mandei expedir o presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, e para que este Juiz anote a fls. D. Manuel, n. 29 e anote no Livro da Justiça, e, passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias de dezembro de 1952. — Eu, Florinda Campaña Patriarca, Escrevente Juramentada, o datilografei. E eu, Rubens Pedreira Ramos, Escrivô, o subscrevi. (a) Ivano da Costa Carvalho Calaby. Está conforme. O Escrivô, Rubens Pedreira Ramos.

devolveria os autos com o unio despacho cabível, ou sejam: marcando nova data para o pagamento de modo a permitir a suplicante cumprir o despacho na forma prescrita pela lei. 17ª — Entretanto, teve a surpresa de verificar que no dia seguinte o M. Juiz «decretava o seu despacho por falta de cumprimento do despacho». 18ª — Ora, o obstáculo judicial ao cumprimento era evidente, clamoroso, e por força de explícita disposição de lei, a decisão não podia, nem pode sustentar, pois, assim determina o artigo 26 do Código de Processo Civil: Os prazos serão continuos e peremptórios, correndo em dias feriados e nas férias. Suspender-se-ão, entretanto, por obstáculo judicial criado pela parte ou superveniência de fatos que absorvem pelo menos, metade da sua duração, e nas hipóteses do artigo 197, caso em que serão restituídos por tempo igual ao da suspensão. 19ª — Em face da flagrante injustiça da decisão, a suplicante da mesma internou reclamação para o Escrevente Corretor de Justiça, onde tomou o número 536 e dela apeliou para o Col. Tribunal de Justiça. 20ª — Entretanto, como não tem os recursos interpostos, efeito suspensivo, o locador ez intimar a suplicante para desocupar o imóvel que ocupa, sob pena de efetivar-se o despejo, manifestando, pois a intenção de promover a execução provisória da sentença. 21ª — Todavia, dispõe o artigo 583 do Código de Processo

JOGOS DA PRÓXIMA RODADA — Para domingo teremos apenas três jogos, em virtude do que ficou resolvido pelo Conselho Arbitral. São os seguintes os embates: São Cristóvão x Fluminense, em Figueira de Melo; Canto do Rio x Flamengo, em Niterói; e Madureira x Bonsucesso, em Conselheiro Galvão. Botafogo x Bangu e Vasco da Gama x América serão realizados, respectivamente, nos dias 27 e 28 do corrente mês.

Rubens será afastado da equipe do Flamengo

Mascarados do esporte fluminense tentam acabar com o que ainda resta

Continuam desaparecidos os deputados e políticos, dantes tão amigos dos clubes esportivos — Fa a o sr. Hamilton Xavier, candidato do Canto do Rio F. C. à presidência da F. F. D.

O esporte fluminense tem dado o cartaz a muito cidadão, que pratica uma única modalidade: a do trampolim. Depois de fa-

zerem «média» e «diplomar-se», o «desportista» sente-se bem para dar um salto maior graças, outrossim, à publicidade que

obteve dos cronistas que acreditaram piamente na parlatória de um ou de outro «salta-pedra», que no Estado do Rio

constituem legião numerosa. Faziam anteriormente sobre os políticos caçadores de votos, deputados, vereadores e líderes

de partidos afoitos e fáceis em suas promessas, os quais desapareceram misteriosamente dos círculos de suas atividades político-esportivas, deixando os grêmios prejudicados sózinhos, entregues aos lobos... Está patente o caso do Byron F. C. que perdeu a sua praça de esportes, de onde arrendaram tudo que que lembrasse a existência do tradicional grêmio dos Tolory, Gudão, Gonzaga, China e Guanani. Hoje quem passa pela rua Dr. March no bairro proletário do Barreto, olha com tristeza o fim de toda uma vida gloriosa, devotada ao esporte por um clube que se não ateuve somente ao futebol. Zinco e arame farpado é o que vemos na antiga praça desportiva de Niterói, como um crepe imenso a cobrir não o Byron, mas o esporte da Capital Fluminense.

tivo praticará os atos necessários à efetivação desta medida.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 3 de dezembro de 1952.

É claro que esse requerimento dos ardorosos e devotados parlamentares não surtirá efeito. A ducha recebida pelos desportistas niteroienses não passará tão cedo. E ainda querem impingir um adepto do alvi-anil, o Sr. Hamilton Xavier, ex-presidente do Tamoio, de São Gonçalo, e do Canto do Rio F. C., de Niterói, para a presidência da Federação Fluminense de Desportos, cuja eleição está marcada para a próxima terça-feira, e, não para ontem, conforme por equívoco, noticiamos. Já dissemos aqui quem são os candidatos à direção máxima da entidade do Estado do Rio.

A eleição do Sr. Hamilton Xavier — um bom moço, como diria o venerando Frei Cognac — será prejudicial aos esportes de Niterói, porquanto os defensores do Canto do Rio, ficarão em situação privilegiada, pois se julgam os «donos» absolutos do esporte local. Aliás, o Sr. Xavier concedeu entrevista aos nossos confrades de «O Estado», em que faz declarações sobre o assunto do pleito na Federação Fluminense de Desportos e no tocante à permanência do grêmio alvi-anil nas fileiras da Federação Metropolitana de Futebol. E, nessa entrevista, o candidato dos falsos defensores do esporte niteroiense à cunil presidencial da Federação Fluminense de Desportos foi capcioso sobremodo.

Tivemos oportunidade de falarmos, também, no tardio requerimento dos deputados José Sally, Alcides Pereira da Silva e Arino de Souza Matos, atinentes a desapropriação dos terrenos da Cia. Manufatura, o qual está assim consubstanciado: «Artigo 1.º — É declarada de utilidade pública e como tal desapropriada, nos termos dos artigos 2.º e 5.º letra N do Decreto-lei Federal n.º 3.365 de 21 de junho de 1941, uma área de 17.000m² nos terrenos de propriedade da Companhia Manufatura Fluminense, situados no bairro do Barreto, 5.º subdistrito do 1.º Distrito desta Capital, nos quais foi fundada a sede e praça de esportes do Byron Futebol Clube, para o efeito de nela ser construído um estádio destinado à prática de esportes.

Artigo 2.º — O Poder Execu-

Ganhou o Vasco com Alfredo no "team"

Faltou orientação técnica ao Flamengo — A contagem mínima diz bem o que foi o grande clássico

Venceu o Vasco, afinal. E venceu com justiça. Não se poderia fazer nenhuma restrição ao triunfo do Clube da Cruz de Malta no sensacional «match» que disputou com o Flamengo, domingo, no Estádio Municipal, em Maracanã. E essa vitória teve o justo valor por ter sido conquistada sobre um adversário perigoso que soube lutar, sobre um adversário que, mesmo inferiorizado numericamente, sus-

tentou com bravura a partida, sempre ameaçando o esquadra do Vasco. O Flamengo foi um herói. E se tivesse tido uma outra orientação técnica, por certo não teria perdido a batalha. Flávio Costa esteve longe de ser um grande comandante. Falhou-lhe a visão, sobretudo. Basta que se diga, para se justificar esse fato, que o esquadra do Vasco jogou com Alfredo na meia-esquerda. E qual a função

de Alfredo em campo senão a de neutralizar Dequinha?

Quem esteve no Maracanã, domingo, ao saber que o antigo jogador do Vasco integraria a equipe de São Januário percebeu o golpe de Gentil. Percebeu o golpe e condenou a audácia do «cacha» vascoino. Flávio, porém, não entendeu coisa alguma. Lançou a equipe em campo para jogar dentro do sistema habitual. E no período comple-

mentar da refrega persistiu no mesmo diapazão anterior. Conclusão: o Vasco ganhou, inclusive com Alfredo no «team». Foi essa, sem dúvida, a nota que mais achincalhou Alfredo, à última hora, foi retirado do campo, depois de um longo período de inatividade, para cooperar na vitória contra o Flamengo.

Dequinha, inteiramente imantado não produziu o que poderia ter produzido e o «cacha» ruíro-negro pouco armou o jogo. Andou muito, é verdade, trabalhou sem desfalco, mas tudo no desespero.

Não se sentia uma coordenação perfeita do «mais queridos». Enquanto isso se passa de um lado, do outro, o Vasco agia com maior consciência. Atacando com apenas quatro homens, a artilharia cruzmaltina era mais perigosa, mercê da tática. Ao Flamengo, era difícil, senão impossível fazer «goals». Restava apenas o Vasco fazê-lo. E isso «goals» veio para acabar com tudo. Foi o Ademir, de forma impressionante, à maneira Ademir. Só Ademir mesmo, sabe fazer daqueles tentos.

Foi um tento bem marcado. Foi um tento desses que valorizam uma vitória, dada a maneira inteligente de sua conquista. Não foi um «goal» oriundo de um canchilo do adversário, não foi um «goal» impulsionado pela sorte. Não. Foi um «goal» consequente de uma jogada cerebral de Ademir, ludibriando a vigilância de três contrários. Recebendo um passe maravilhosos de Ipojucan, Ademir concluiu com inteligência. Garcia não pôde, sequer, esboçar um gesto de defesa.

Em síntese, tivemos uma grande batalha.

Tivemos a batalha que esperávamos. Em que pesem alguns pontos-pés de lado a lado, o clássico Flamengo x Vasco, satisfeitos plenamente, foi um «match» à altura da classe dos dois adversários. Ganhou o «team» que teve um Ademir para marcar o tento da vitória e que não teve um Flávio Costa a dirigi-lo.

II Guarany

O Teatro Experimental de Ópera, apresentará segunda-feira às 20,30 horas no Teatro Municipal a ópera Il Guarany do consagrado compositor patricio Carlos Gomes. Podemos antecipar o sucesso que fará tal representação, sabendo-se que o Teatro Experimental de Ópera é dirigido e orientado por uma grande artista que é Alda Pereira Pinto, sem favor algum a maior entusiasta e incentivadora dos novos, não poupando sacrifícios em emprestar seus limitados conhecimentos musicais e artísticos para a feitura e consagração de grandes artistas que para nós eram desconhecidos.

O espetáculo terá como intérpretes principais o barítono Lourival Braga, elemento de destaque no T. E. O., possuidor de uma das vozes mais privilegiadas do Teatro Nacional, já tendo atuado com incomparável sucesso nas óperas «Traviata» e «Trovadores de Verdi» e «Moema» de Delgado de Carvalho. A presença portanto deste artista no elenco de amanhã, será sem dúvida um grande reforço para a obtenção de pleno êxito desta representação. Antea Claudia, outra autêntica artista, seprano dotada de voz maravilhosa e inconfundível viverá o papel de Ceci, ao lado de Arsenio Aguiar no papel de Peri, além de outros elementos de valor do Teatro Experimental de Ópera.

Nacionalização do seguro de acidentes do trabalho pedem os Sindicatos e Federações ligadas ao I.A.P.E.T.C.

Vibrante memorial enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas — Contribuições para empresas particulares representa lucros para esta, e para o Instituto de Previdência, significa benefício para o trabalhador

Em todo o país milhares de trabalhadores contribuintes do I.A.P.E.T.C. estão empenhados na luta pela nacionalização do seguro de acidentes de trabalho. Empresas privadas de seguro pretendem para elas o lucro de vários milhões de cruzeiros, isto em completo detrimento aos interesses dos trabalhadores, pois que sabem estes que os Institutos de Previdência, somente estes, poderão corresponder aos anseios dos trabalhadores, já que os lucros dos institutos são empregados em benefícios para os contribuintes aumentando a rede de hospitais e postos médicos, tal com tem feito o I.A.P.E.T.C.

Nesse sentido, enviaram os trabalhadores, por intermédio dos respectivos Sindicatos e Federações, vibrante memorial ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, e que abaixo transcrevemos:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR GETÚLIO DORNELLES VARGAS MUITO DIGNO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Os abaixo assinados, Presidentes das Federações e dos Sindicatos vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, vêm apelar em nome de milhares de trabalhadores que constituem os referidos órgãos de classe, para Vossa Excelência a fim de ressaltar todo o seu apelo ao respeito da Assistência Médica, mantido pelo seu Departamento de Acidentes do Trabalho e que o projeto n.º 1.138-B, visa cancelar estabelecendo a livre concorrência.

Os Sindicatos que esta subscvem estão certos de que somente o monopólio estatal dos Seguros de Acidentes do Trabalho extensivo aos sindicatos vinculados ao I.A.P.E.T.C., poderá preservar o direito dos trabalhadores evitando-se dessa forma que a considerável soma de interesses recaia em terreno meramente comercial e especulativo.

Militam em favor dessa tese os infindáveis argumentos de que os vultuosos lucros auferidos pelas empresas de seguros não revertem em benefício do trabalhador, e que não acontece com os Institutos, que, além de manterem extensa rede hospitalar, custeiam,

também, milhares de Ambulatórios e Postos Médicos em todo o território nacional.

No Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas a exclusividade dos Seguros de Acidente do Trabalho se reveste de tal importância em favor dos segurados que a vultosa receita dessa Carteira custeia em todo o país as despesas com a Assistência Médica aos contribuintes possibilitando a manutenção de numerosos ambulatórios, dos hospitais já existentes e a próxima instalação dos grandes nosocomios de Recife, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Evidencia-se, desta explanação que a receita da Carteira de Acidentes do Trabalho reverte realmente em favor dos trabalhadores, o que de forma alguma não se dá em relação às empresas particulares cujas receitas aumentam o patrimônio individual dos seus principais acionistas.

Os argumentos de que estão lançando mão, na imprensa, as empresas de seguro não correspondem à verdade dos fatos, adrede adulterados em favor de seus interesses que a livre concorrência consubstancia.

As grandes barreiras que as empresas particulares levantam no Poder Judiciário para o pagamento das indenizações liquidadas ao término de prolongadas ações, numa redução humilhante, constitui entre outros, preponderante fator de relevo contra a livre concorrência ora pleiteada numa desenvoltura suspeita.

E' de justiça também ressaltar o pessimo tratamento medico dispensado pelas companhias particulares aos trabalhadores acidentados.

Na maioria das vezes as altas são concedidas quando não se verificaram, ainda, condições para o retorno ao trabalho.

No que se refere ao IAPETC, Instituto a que estamos vinculados, o Decreto-Lei n.º 9.683, de 30 de agosto de 1946 combinado com o art. 157 do Regulamento da autarquia, assegura a obrigatoriedade do Seguro de Acidentes do Trabalho.

Tem sido a receita deste Seguro aplicada integralmente na manutenção da rede hospitalar do Instituto, com relevantes serviços prestados aos associados.

Se sobreviver qualquer modifi-

cação nesse «statuto-quo» o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, ver-se-á no lastimável dilema: de fechar as portas dos seus ambulatórios e hospitais pela impossibilidade de mantê-los, ou ter que aumentar a contribuição de 1% (um por cento) aos associados para a manutenção dos serviços médicos, o que constituirá clamorosa medida em consagração do elevado custo da vida.

Nestas circunstâncias, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os signatários desta apelação para Vossa Excelência e para o seu imarcessível espírito de justiça, a fim de que os direitos dos trabalhadores não venham a sofrer graves e irreparáveis danos.

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1952.

Oscar Fernandes da Silva — Presidente da Federação Nacional dos Estivadores.

Manoel Antonio Fonseca — Presidente do Sindicato Nacional dos Estivadores do Rio de Janeiro.

Antonio de Oliveira Aguiar — Secretário da Federação Nacional dos Condutores de Veículos Rodoviários.

João Mendes Benjamin — Presidente do Sindicato dos Empregados em Escritórios e Empresas de Transportes Rodoviários.

Francisco Murcia Compan — Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos do Rio de Janeiro.

Argemiro da Motta e Silva — Presidente da União Beneficente dos Motoristas Brasileiros.

Alberto Ferreira dos Santos — Presidente da União Beneficente dos Chauffeurs do Rio de Janeiro.

João Rodrigues de Almeida — Presidente do Centro Beneficente dos Motoristas do Rio de Janeiro.

Alberto Betamio — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais do Rio de Janeiro.

Moyse Zacarias da Silva — Presidente do Sindicato de Vigias Portuários do Rio de Janeiro.

Albino da Rocha Tristão Filho — Presidente do Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga do Porto do Rio de Janeiro.

Adelson Menezes — Presidente eleito do mesmo.

CASINI, VENCEDOR DA GÁVEA DE 52 — Embora sem ser o favorito, o veterano Casini conseguiu vencer o «Trampolim do Diabo» de 1952. Chico Landi, que reunia grandes vantagens, abandonou a corrida, após bater o recorde da volta. Romero Filho chegou em 2.º lugar.

Foi o Olaria o herói do clássico suburbano

9 x 1, a «goleada» imposta a Bonsucesso, na rua Bariri, pelo Olaria

O Olaria venceu espetacularmente o Bonsucesso pela elevada contagem de 9x1.

A equipe olariense portou-se de maneira magnífica, dominando quase que completamente as ações. O escorço, aliás, diz com fidelidade o que foi o «match».

O Bonsucesso só jogou tanto quanto o Olaria até a conquista do primeiro «goal» dos bariris, nos 24 minutos do primeiro tem-

po, «goal» esse que foi o do empate.

Daí em diante foi suprema tentativa, contudo, de vez em quando, alvejar a meta adversária. Porém, a defesa dos locais era um obstáculo difícil de transpor.

Apesar da «goleada», a partida foi boa, e a vitória dos comandados de Délio Neves das mais justas e bem merecida.

Dra. PAULINE V. DA COSTA

MÉDICA

Especialista em moléstias de mulheres e crianças. Exames pré-nupciais e pré-natais. Tratamento dos distúrbios da gravidez e parto. Consultas de segunda, quarta e sexta, das 14 às 17 horas.

Hora marcada: RUA URUGUAIANA, 142, 1.º andar — Tel. 23-5015

CLÍNICA VETERINÁRIA DO

DR. RUBEN PECEGO

Médico Veterinário — Consultas — Visitas a domicílio — Vacinação contra raiva — Aparelho para tratamentos — Cirurgia — Hospitalização.

RUA SARUÉ, 25 — TELEFONE 48-9900

Dr. Brandino Corrêa

Doenças dos órgãos Genito-Urínarios, ambos os sexos. RUA MÉXICO, 11-9.º andar. Grupo 802 — As 14 horas.

DOENÇAS DO CABELLO E DO COURO CABELLUDO



SÓ É CALVO QUEM QUER



PILOGENIO

FORMULA E PREPARAÇÃO DO PH.º FR.º GIFFON. AVENIDA NAS PHARMACIAS DROGARIAS E NAS CASAS DE 1.ª OPOR. FRANCISCO GIFFONI & C.ª - RUA N.º 88, MARC.º - 2.º AND. DE

Terça-feira, 16 de Dezembro de 1952
Página 11

GAZETA

Vai ser julgado o dissídio dos Comerciantes

(TEXTO NA PÁGINA 5)

CORPO HUMANO PUTREFATO, AO PE' DO PÃO DE AÇÚCAR

Crime, suicídio ou acidente? - E' o que procuram esclarecer as autoridades policiais do 3.º Distrito

ANO 77 RIO N.º 293
GAZETA DE NOTÍCIAS

ATÉ AS 14 HORAS DE HOJE
TEMPO — Instável ainda
sujeito a chuva
TEMPERATURA — Estável
VENTOS — De Sul a Este
moderado
Máxima — 30,5
Mínima — 20,0

"Os regimes de forças perturbam o progresso da América"

Na sessão plenária de ontem, do II Congresso Interamericano de Trabalhadores, o representante do México protestou contra a existência de ditaduras e regimes totalitários nas Américas, fazendo um apelo no sentido de que o proletariado democrático viesse se unir, para expurgar deste continente aqueles que professam ideologias fascistas.

O delegado brasileiro Joel Mello Melo, analisou o trabalho da Organização Regional Inter-Americana de Trabalhadores e da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, cujos órgãos, são hoje os únicos órgãos operários que batalham por um mundo livre em favor dos trabalhadores e por melhores condições de vida. Referiu-se ainda ao delegado da C. I. S. L., na América do Sul, Sr. Arturo Jaurregui Hurtado, que tem desenvolvido um fecundo trabalho pelo fortalecimento do sindicalismo democrático.

O norte-americano Emil Mazey, pugnando pelo maior desenvolvimento dos Sindicatos Li-

vres, alertou que era preciso que esse movimento tivesse o maior incremento para se antepor ao comunismo, ao fascismo e ao peronismo, que tem tentado estender sua ação entre as coletividades sul-americanas. Acentuou que os trabalhadores

norte-americanos comungam das mesmas aspirações que seus companheiros de outros países irmãos, aspirando salários condignos, casa própria, bem-estar social e benefícios para a sua família.

Luiz Colotuzzo, do Uruguai, afirmando que a delegação de seu país está disposta a colaborar para que esse conclave atinja aos seus objetivos — unir o proletariado livre das Américas, defender a ordem democrática, que segundo suas palavras, desgracadamente tem sido disvirtuada pelos ditadores de vários

paises do Continente, que outra coisa não fazem senão oprimir a classe operária.

O representante de Cuba, Inácio Florentino Lopez, pugnou em seu discurso, por um movimento de homens livres nas Américas e contra a existência acintosa de regimes de forças que perturbam o progresso e destroem a felicidade dos povos.

Denunciou que em seu país existem agentes do peronismo, mas estes cedo ou tarde serão expulsos, por que as classes obreiras querem liberdade e não opressão.

Na tarde de domingo, um fato estranho chamou a atenção de soldados e oficiais da Fortaleza de São João. E' que arribados, raramente vistos naquelas instalações, sobrevoavam o sopé do Pão de Açúcar, na parte que dá para o forte, circunstância esta que fez ressoar a suspeita de que ali havia um corpo em putrefação.

O comandante Castilho Franco ordenou que alguns soldados dessem uma batida no local e eles vieram a descobrir que se tratava do cadáver de um homem, com a cabeça semi-esmagada, e já em fase adiantada de decomposição.

O fato foi comunicado às autoridades policiais do 3.º Distrito, que procuraram esclarecê-lo, embora sejam muitas as dificuldades, a principiar pela falta de documentos para identificação do morto, pois com exceção de papéis sem importância e de letras de Samba, uma delas com a anotação: "Censurada pela malandragem", nada mais havia nas vestes do morto.

Formenor interessante: dois indivíduos, José Maria da Costa e

Julio Fernandes de Albuquerque, moradores nas proximidades, afirmaram ter ouvido um barulho parecido com a queda de um corpo, nas guardarramas com a Polícia. Só ontem compareceram ao forte, para narrar o acontecido.

Até no momento não se sabe se o homem, que é de cor parda e de 35 anos presumíveis, se suicidou, foi vítima de acidente ou assassinado.

Proseguem as diligências para a elucidação do caso.

TENTOU MORRER ASPIRANDO GÁS

Ontem à noite, em sua residência, à rua Julio Castilhos, 40 apartamento 205, Sonia Cascão Campos, branca casada, de 20 anos, tentou contra a vida aspirando gás. Socorrida em tempo, foi conduzida ao Hospital Miguel Couto, onde declarou ao investigador ali de serviço, que o motivo do seu gesto, fora uma briga que tivera com seu esposo New Cascão Campos.

Não é possível UM NATAL FELIZ

sem o n.º extraordinário de **GRANDE HOTEL**

EU NÃO QUERIA CASAR COM UM AVIADOR

A MÁ SORTE ENGARRAFADA — MAIS DO QUE BEIJOS

OS TIMIDOS DIANTE DO AMOR

NÃO ADIANTA SER MUITO BONITA — A ARTE DE SER MÃE, etc.

Cinco romances — Doze contos — Poesia — Canções — Teste — Cinema — Previsões astrológicas — Passatempos — Humorismo — Inúmeras fotografias e desenhos — Consultórios, etc.

52 grandes páginas de eletrizante e copiosa leitura

Cr\$ 5,00 — Nas bancas de jornais

O ROMANCE DE AMOR DE CHICO ALVES E CELIA ZENATTI

Por **Abilio de Carvalho**

A atração pela rua — Chico Alves e Virginia Lane — João Dias, herdeiro de um trono

— XLIX —

O desprendimento de Chico pela sua fama, foi uma faceta marcante na vida desse homem estranhamente bom, simples e comunicativo. Quem o visse na rua, nos dias festivos, palito debaixo do braço, cigarro pendurado a um canto da boca, mal suspeitaria que ali estava um dos vultos mais populares e mais prestigiosos do Brasil. Sabia do amor que lhe dedicava a Rua, esse substantivo abstrato, formado de uma série de substantivos concretos, casas, homens, objetos, e de substantivos igualmente abstratos: ódios, inveja, calúnias, ambições. Sabia que a Rua só tinha para ele carinho e ternura. Por isso, sentia-se bem, no meio da turba-multa da Rua.

Sua simplicidade não era aparente, seu desprendimento não era calculado. Transformava-se, de inóbito, do Gigante da Voz num humilde ser humano, num ser que ria, que brincava, que chorava. Se estava em casa de Cotinha, deixava à sala todas as visitas para dirigir-se a outro cô-

calidade, em busca de um médico, esmagado, sob o mais profundo abatimento. Abatimento tão grande que o impediu de, naquela noite, tomar parte em um recital artístico

Não é pequeno o número de artistas que devem seus êxitos a Francisco Alves. Dentre estes, na última fase, deve-se incluir Orlando Silva que, mostrando-se portador de extraordinária fibra, ressurgiu da própria decadência, reagiu aos fatores que o aniquilavam e retornou ao microfone, proporcionando a Chico uma das maiores felicidades de sua vida. Orlando Silva de hoje, é o mesmo Orlando Silva do "Programa Francisco Alves".

Também Virginia Lane, a graciosa "vedette" do Teatro brasileiro, teve sua primeira gravação de sucesso, o "Sassaricando" que foi a "bomba" musical do carnaval de 1951, graças à interferência de Chico Alves junto à empresa gravadora.

Chico Alves tinha consciência de que, mais dia menos dia, haveria de encerrar sua carreira de cantor. Por isso, não descuidava de encontrar alguém que continuasse sua trajetória maravilhosa. E encontrou.

Certa manhã, entrou na "Casa Garson". Trazia sob o braço um acetato, uma prova de gravação. Chamou Medina a um canto:

— Escute aqui, afilhado. Que tal esta música que eu gravei?

— Boa...

Abraão Medina prestou mais atenção e reinatou, decisivo:

— Ora, Chico, não me faça de tolo. Esta não é sua voz. E' a de um imitador muito feitoso.

E Chico, sentindo-se descoberto:

— De fato, Medina. Não sou eu. Trata-se de um rapaz chamado João Dias, que tem o timbre de voz idêntico ao meu. Bem sabe, Medina, que mais hoje mais amanhã chegarei ao final de minha carreira, como cantor. Entretanto, não quero abandonar o trono de Rei da Voz que vocês me deram, sem deixar um herdeiro condigno, de quem eu possa ter orgulho e admiração.

— E' esse o herdeiro?

— E', Medina. João Dias é o fruto de uma procura de dez anos. Vi-o numa "boite" de São Paulo e quero "trabalhá-lo" para que me substitua. Ensino-lhe meus segredos vocais, meus recursos sonoros, minha maneira de abraçar o pinho.

— Chico, você já não é criança. Está preparando um concorrente perigoso.

— Não. Apenas um continuador condigno. Tenho interesse, Medina, em levar esse rapaz pra frente. E' como se fosse um filho que irá sentar em meu lugar vazio...

E, de fato, demonstrando dedicar a João Dias, o novato cantor bandeirante um afeto especial, uma confiança na

(XXVIII)

Com o advento da bomba atômica, os minerais ditos das terras raras, tais como os contidos nas areias monaziticas, zirconitas, imenitas e outros do mesmo grupo adquiriram posição de grande relevo no mundo, justificando para sua pesquisa, a vida e posse a ação dos mais temerários trustes, que, como nos tempos da luta pelo petróleo, usaram de todos os artifícios imagináveis e inimagináveis para controlá-los.

Na luta patriótica que GAZETA DE NOTÍCIAS vem empreendendo em defesa dos nossos minerais atômicos, temos salientado a ação nefasta desse pólvora sobreplicio que é a Orquima também conhecida pelos nomes de Sulba, Producta etc. Que a ação desse grupo monopolizador de nossas areias monaziticas é das mais deletérias para o futuro da nacionalidade, di-lo bem a maneira insinuante e capelosa com que agem os "gangsters", Kurt Weil e Boris Davidovitch aventureiros sem escrúpulos, acolhidos pelo traícoiro autor do "Galo Branco".

Mostramos domingo que a Orquima está disposta a tudo, inclusive a arcar com enormes despesas, para adquirir o controle único das terras raras brasileiras. Lesado pelo russo branco Davidovitch, que passara à Orquima terrenos que não lhe pertenciam o alemão Kurt Weil não se lastimou muito e por intermédio de seus prepostos brasileiros adquiriu sem demora os direitos de exploração do subsolo em uma vasta área do Estado do Rio e do Espírito Santo, valendo-se de processos dos mais escusos, indo, inclusive, à ressurreição de direitos obsoletos, que não vigoram em nenhum daqueles Estados.

Vamos continuar com os apontamentos que coligamos, nos pontos onde já se estendem os tentáculos poderosos da Orquima.

Partindo-se da Estrada da Linha para Oeste, aí então os

proprietários se dividem em várias centenas. Os limites estabelecidos na escritura de cessão feita pela OESIA à ORQUIMA vêm até quase à localidade denominada "Bom Lugar" e lá, podemos afirmar, nunca se ouviu falar em direitos da Miniere, pois foi o que nos informaram antigos moradores de mais de 50 anos e que têm seus títulos de propriedade legalizados há mais de um século.

Onde, estão, pois, os terrenos deixados pelo aventureiro inglês Gordon? Ainda corre em Juízo, apresentada ao Estado do Rio de Janeiro, a ação de demarcação de limites entre Boris Davidovitch e Hermelindo Coelho, este advogado em São João da Barra, sobre os terrenos denominados Largo e Atalhos. Aqui, a Miniere, que tinha uma escritura bem menor, incluía como propriedades suas as terras "deixadas" por Gordon. Onde se situam essas terras e coisa que ninguém sabe.

Assim tem sido até hoje a vida de estrangeiros que no Brasil se meteram em monazita, desde os aventureiros Gordon e Spritz até os ladrões de Orquima e Boris.

Estamos no início de uma era nova, na qual a energia do átomo, suplantando a todas as hoje conhecidas, abrirá ao homem perspectivas que somente a imaginação pode conceber. Não é justo, pois, que continuemos de braços cruzados, observando, com o pessimismo de índias, a espoliação de nossas inúmeras riquezas por estrangeiros inescrupulosos, que andam à cata de lucros imediatos.

O controle rigoroso dos materiais estratégicos de que dispõe o país deve ser exercido pelo Conselho Nacional de Pesquisas, antes que a hidra da Orquima deles se apodere, para reduzi-los a uma nulidade no concerto das grandes potências do mundo.

Este é o sentido da campanha que movemos contra o truste de Kurt Weil et caterva.

vitória somente comparável àquela que dispensou a Orlando Silva há vinte anos passados, Chico Alves trouxe-o de São Paulo, levou-o a César de Alencar, a Barbosa Júnior e finalmente a Felisberto Martins, seu grande e velho amigo da "Odeon", para que interessasse no lançamento do rapaz no mercado de discos.

Chico Alves sabia, em sua intuição assombrosa de predestinado, que seus dias chegavam ao término, que sua missão de semeador de encantamento estava prestes a findar-se. Faltava apenas a apoteose, para encerrar-se o Grande Espetáculo. E esta veio, na noite de 26 de setembro de 1952, quando, cantando no Largo do Paissandú, da Capital paulista, recebeu a maior consagração de sua carreira, cantando em céu aberto para uma multidão calculada em 30.000 pessoas.

Horas depois...

Amanhã — 50.º Capítulo: A TRAGÉDIA

CORRESPONDÊNCIA: — Esmeralda Fernandes, Odete Marins, Felisberto Carlos, Ulisses Ribeiro Santos, Onofre Xavier, Marichinha Alves Ilza Cabral, Telma Vasconcelos, Killa Veiga, Hilda Rocha, Isabel Feijão Mercedes Tiago, Nazaré de Almeida, Orestes Leite, Francisco Chagas Maria do Lourdes Miranda, Anacleto Mansur, Dolores Carvalho e Zózima Carvalho. A todos remeti as fotos de Chico Alves que solicitaram. — A. C.



Chico Alves e João Dias

modo, com a sobrinha Sílvia Maria (a quem ele chamava carinhosamente de "Tico-tico"). Silvinha sentava-se ao piano e Chico a acompanhava ao violão, ou então, a sós com a garotinha de 7 anos, deitava-se no tapete e desfiava um rosário inteiro das mais belas canções de seu repertório, até vê-la adormecida... Amava doidamente os filhos de Carlos e Gracia, o filho de Rafael, todos os sobrinhos, que também o adoravam. Tinha particular afeição pelos filhos de Medina e Rachel, os garotos Roberto, Rui e Rubem. Com este último, há mesmo um episódio que marca seu lado humano.

O filho mais velho de Abraão Medina tinha à época dois anos. Chico Alves, em Miguel Pereira, cavava um buraco no terreno, para plantar uma árvore e, inadvertidamente, Rubem aproximou-se do local, tendo o enxadão o alcançado, atingindo-lhe a mão. Chico, como um louco, tomou a criança nos braços e, em pranto, atravessou a lo-